

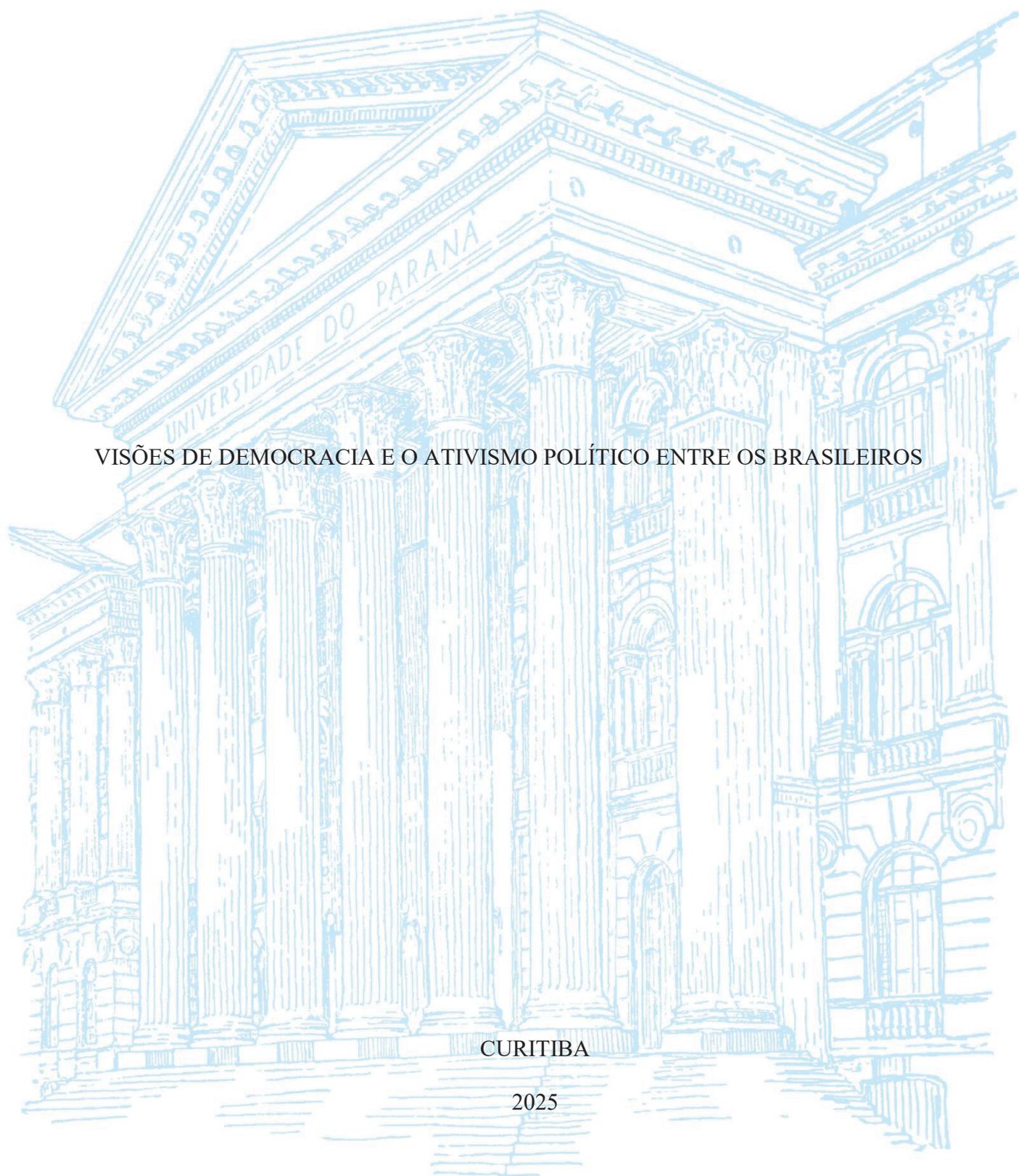
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SARA LOPES CLEM

VISÕES DE DEMOCRACIA E O ATIVISMO POLÍTICO ENTRE OS BRASILEIROS

CURITIBA

2025



SARA LOPES CLEM

VISÕES DE DEMOCRACIA E O ATIVISMO POLÍTICO ENTRE OS BRASILEIROS

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em
Ciência Política, Setor de Ciências Humanas,
Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro

CURITIBA

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Clem, Sara Lopes

Visões de democracia e ativismo político entre os brasileiros. /
Sara Lopes Clem – Curitiba, 2025.
1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor
de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política.

Orientador: Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro.

1. Democracia - Brasil. 2. Brasileiros – Participação política.
3. Ativismo - Brasil. 4. Ativistas políticos. I. Ribeiro, Ednaldo Aparecido.
II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação
Mestrado em Ciência Política. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607



TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **SARA LOPES CLEM** intitulada: **VISÕES DE DEMOCRACIA E ATIVISMO POLÍTICO ENTRE OS BRASILEIROS**, sob orientação do Prof. Dr. EDNALDO APARECIDO RIBEIRO, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 17 de Fevereiro de 2025.

Assinatura Eletrônica

19/02/2025 10:26:42.0

EDNALDO APARECIDO RIBEIRO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

19/02/2025 13:57:34.0

EMERSON URIZZI CERVI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

19/02/2025 10:07:10.0

GABRIEL AVILA CASALECCHI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS)

“Nunca construiremos um Estado de Direito Democrático baseado no império da Lei, se não
construirmos um Estado que seja humano, moral, intelectual, espiritual e cultural.” Václav
Havel

Dedico este trabalho aos meus pais, José Antonio e Marli, e ao meu irmão, Caio, por serem meu apoio incondicional, me encorajando em cada etapa do caminho.
Dedico também ao meu namorado, Eros, meu parceiro de vida, que traz risos e sensatez que equilibram a vida

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio e o incentivo de pessoas fundamentais, que, de diversas formas, contribuíram para a sua realização.

Aos meus pais, por me darem a dádiva da vida e o sustento que me trouxe até aqui. Agradeço o amor e a paciência nos momentos de estresse e por me apoiarem independentemente das circunstâncias. A vocês, eu devo tudo.

Ao meu professor orientador, Ednaldo Ribeiro, sem o qual esta pesquisa não poderia ter sido concluída. Sou extremamente grata por cada comentário, revisão e conselho que me permitiu crescer como pesquisadora.

Ao Instituto Sivis, peça fundamental que me inspirou e auxiliou a seguir este caminho. Agradeço profundamente a todos – Henrique, Pedro, Jamil, Fernanda, Guilherme D., Guilherme M., Thaise e Diego – que contribuíram, de alguma maneira, para o meu crescimento profissional e pessoal.

Ao meu irmão, Caio, por ser meu amigo e protetor, sempre presente nos momentos tristes e alegres, cuidando de mim desde pequena. Sou grata por tê-lo em minha vida.

Ao meu namorado, Eros, meu porto seguro. Agradeço por cada conversa, risos e apoio emocional. O céu não é o limite para nós. Sou grata por partilhar a vida boa com você.

Aos meus amigos, que foram minha rede de apoio essencial ao longo de toda essa trajetória. Um agradecimento especial à Mylena, minha companheira desde os tempos de faculdade e uma das minhas maiores entusiastas. Também agradeço à Mariana, nossos caminhos se cruzaram no mestrado e sua amizade foi um verdadeiro presente. E a todos os demais amigos que, de alguma forma, contribuíram para essa jornada, minha sincera gratidão.

Por fim, agradeço a Deus, por me permitir chegar até aqui e me mostrar a importância de viver com um propósito.

RESUMO

RESUMO: Esta dissertação visa compreender em que medida as visões de democracia dos brasileiros estão relacionadas a diferentes padrões de ativismo político. O objetivo é averiguar se concepções que os brasileiros possuem sobre a democracia, como a liberal, social e participacionista, estão associadas às formas escolhidas pelos indivíduos para participarem politicamente. A primeira hipótese do trabalho propõe que os cidadãos que possuem uma visão liberal da democracia tendem a participar mais de modalidades convencionais, ou seja, aquelas relacionadas ao processo eleitoral, como o voto, doação para campanhas e contato com autoridades, por possuírem uma visão menos abrangente da democracia. A segunda hipótese estabelece que os cidadãos que possuem uma visão social ou participacionista tendem a participar mais de modalidades não convencionais, como protestos, boicotes, greves e abaixo-assinados, uma vez que essas são visões mais exigentes da democracia e demandam uma participação mais ativa. Para testar essas proposições, são utilizados os dados do *World Values Survey* de 2018 em modelos de regressão logística na presença de variáveis de controle sociodemográficas e atitudinais importantes. Os resultados mostram que as relações envolvendo a visão liberal são as mais consistentes nas duas modalidades de participação política e que as visões social e participacionista, embora mais exigentes, de maneira geral, não se associam ao engajamento, seja convencional ou de protesto. O estudo mostra que, embora o Brasil seja uma democracia jovem, os resultados encontrados apresentam semelhanças com democracias da Europa, consideradas consolidadas. Ao passo que a visão liberal tem a maior capilaridade entre as diferentes formas de ativismo tanto no Brasil quanto na Europa.

Palavras-chaves: Visões de democracia, participação política, Brasil

ABSTRACT

ABSTRACT: This dissertation aims to understand to what extent Brazilians' views on democracy are related to different patterns of political activism. The objective is to disclose whether the conceptions Brazilians has about democracy, such as liberal, social, and participatory, are associated with the ways individuals choose to engage politically. The first hypothesis suggests that citizens with a liberal view of democracy tend to participate more in conventional forms of participation, such as those related to the electoral process, including voting, campaign donations, and contacting authorities, as they hold a less encompassing view of democracy. The second hypothesis posits that citizens with a social or participatory view tend to engage more in non-conventional forms of participation, such as protests, boycotts, strikes, and petitions, since these are more demanding views of democracy and require more active participation. To test these propositions, data from the 2018 World Values Survey is used in logistic regression models with the inclusion of sociodemographic and attitudinal control variables. The results show that the relationships involving the liberal view are the most consistent across both forms of political participation and that, although the social and participatory views are more demanding, in general, are not associated with engagement, whether conventional or not. The study shows that, even though Brazilian democracy is young, the results share similarities with those observed in Europe, where some democracies are considered consolidated. In this context, the liberal view of democracy demonstrates significant capillarity across different forms of political activism, both in Brazil and in Europe.

Key words: Visions of democracy, political participation, Brazil

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICOS A 1 - CURVAS ROC COM OS MODELOS DO VOTO	84
GRÁFICOS A 2 - CURVAS DE ROC PARA OS MODELOS DE DOAÇÃO PARA CAMPANHAS.....	85
GRÁFICOS A 3 - CURVAS DE ROC DOS MODELOS DE CONTATO COM AUTORIDADES	87
GRÁFICOS A 4 - CURVAS ROC DOS MODELOS DE ABAIXO-ASSINADO	89
GRÁFICOS A 5 - CURVAS ROC DOS MODELOS DE PROTESTO.....	90
GRÁFICOS A 6 - CURVAS ROC DOS MODELOS DE BOICOTE.....	91
GRÁFICOS A 7 - CURVAS DE ROC PARA OS MODELOS DE GREVE.....	93

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - ANÁLISE FATORIAL DAS VARIÁVEIS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	47
TABELA 2 - ANÁLISE FATORIAL DAS VARIÁVEIS DE ASSOCIATIVISMO.....	49
TABELA 3 - MÉDIAS DAS VISÕES DE DEMOCRACIA	51
TABELA 4 - FREQUÊNCIA DA VARIÁVEL VOTO COMBINADA.....	52
TABELA 5 – COMPARAÇÃO DOS MODELOS DA VARIÁVEL VOTO	53
TABELA 6 - MODELO VOTO COM TODAS AS VISÕES DE DEMOCRACIA SIMULTANEAMENTE	55
TABELA 7 - FREQUÊNCIA DA VARIÁVEL DOAR PARA CAMPANHAS	56
TABELA 8 – COMPARAÇÃO DOS MODELOS DA DOAÇÃO PARA CAMPANHAS ...	56
TABELA 9 - MODELO DOAÇÃO PARA CAMPANHAS COM TODAS AS VISÕES DE DEMOCRACIA	58
TABELA 10 - FREQUÊNCIA DA VARIÁVEL CONTACTAR AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS.....	58
TABELA 11 – COMPARAÇÃO ENTRE OS TRÊS MODELOS DA VARIÁVEL CONTACTAR AUTORIDADES	59
TABELA 12 - MODELO CONTATO COM AUTORIDADE COM TODAS AS VISÕES DE DEMOCRACIA SIMULTANEAMENTE	61
TABELA 13 - FREQUÊNCIA DA VARIÁVEL ABAIXO-ASSINADO	62
TABELA 14 - COMPARAÇÃO ENTRE OS TRÊS MODELOS DA VARIÁVEL ABAIXO- ASSINADO.....	63
TABELA 15 - MODELO DO ABAIXO-ASSINADO COM TODAS AS VISÕES DE DEMOCRACIA SIMULTANEAMENTE	64
TABELA 16 - FREQUÊNCIA DA VARIÁVEL PROTESTO	65
TABELA 17 - COMPARAÇÃO DOS TRÊS MODELOS DE PROTESTO	66
TABELA 18 - MODELO DO PROTESTO COM TODAS AS VISÕES DE DEMOCRACIA SIMULTANEAMENTE	67
TABELA 19 - FREQUÊNCIA DA VARIÁVEL BOICOTE	67
TABELA 20 - COMPARAÇÃO DOS TRÊS MODELOS DA VARIÁVEL BOICOTE	69
TABELA 21 - MODELO DA VARIÁVEL BOICOTE COM TODAS AS VISÕES DE DEMOCRACIA SIMULTANEAMENTE	70
TABELA 22 - FREQUÊNCIA DA VARIÁVEL GREVE	70
TABELA 23 - COMPARAÇÃO ENTRE OS MODELOS DA VARIÁVEL GREVE	72
TABELA 24 - MODELO DA VARIÁVEL GREVE COM TODAS AS VISÕES DE DEMOCRACIA SIMULTANEAMENTE	73
TABELA A1 - TESTE HOSMER-LEMESHOW PARA OS MODELOS DE VOTO.....	83

TABELA A2 - TESTE ANOVA COM MODELOS DO VOTO.....	83
TABELA A3 - TESTE HOSMER-LEMESHOW PARA OS MODELOS DE DOAÇÃO PARA CAMPANHAS	84
TABELA A4 - TESTE ANOVA PARA OS MODELOS DE DOAÇÃO PARA CAMPANHAS	85
TABELA A5 - TESTE HOSMER-LEMESHOW NOS MODELOS DE CONTATO COM AUTORIDADE.....	86
TABELA A6 - TESTE ANOVA COM OS MODELOS DE CONTATO COM AUTORIDADES	87
TABELA A7 - TESTE HOSMER-LEMESHOW PARA OS MODELOS DE ABAIXO- ASSINADO	88
TABELA A8 - TESTE ANOVA PARA OS MODELOS DE ABAIXO-ASSINADO	88
TABELA A9 - TESTE DE HOSMER-LEMESHOW DOS MODELOS DE PROTESTO.....	89
TABELA A10 - TESTE ANOVA PARA OS MODELOS DE PROTESTO.....	89
TABELA A11 - TESTE HOSMER-LEMESHOW PARA OS MODELOS DE BOICOTE...	90
TABELA A12 - TESTE ANOVA PARA OS MODELOS DE BOICOTE	91
TABELA A13 - TESTE HOSMER-LEMESHOW PARA OS MODELOS DE GREVE.....	92
TABELA A14 - TESTE ANOVA PARA OS MODELOS DE GREVE	92
TABELA A15 - MODELO DE REGRESSÃO DA VARIÁVEL VOTO COM EDUCAÇÃO	94

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 MEDIDAS E PERCEPÇÕES DE DEMOCRACIA.....	18
1.1. DESAFIOS DA CONCEITUALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA	19
1.2. DESAFIOS DE MENSURAÇÃO	23
1.3. AS VISÕES DE DEMOCRACIA	27
2 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	33
2.1 DESAFIOS CONCEITUAIS.....	33
2.2 RELAÇÕES ENTRE VISÕES DE DEMOCRACIA E PADRÕES PARTICIPATIVOS	40
3 DADOS E MÉTODOS	44
3.1 PROBLEMA DE PESQUISA E HIPÓTESES.....	44
3.2 MATERIAL EMPÍRICO.....	45
3.4 VARIÁVEIS DAS VISÕES DE DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ...	46
3.3 MODELOS DE REGRESSÃO LOGÍSTICA	49
4 VISÕES E COMPORTAMENTOS PARTICIPATIVOS	51
4.1 DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO CONVENCIONAL	51
4.2 DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO NÃO CONVENCIONAL.....	62
4.3 RESUMO DOS RESULTADOS SOBRE DEMOCRACIA E MODALIDADES DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	73
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS	79
APÊNDICE	83

INTRODUÇÃO

A relação entre democracia e participação política é inerente à maneira como entende-se essa forma de governo até hoje. Observando a democracia ateniense até a democracia contemporânea, a participação política está presente em todos os momentos em alguma medida, ficando aberta a questão a respeito da sua extensão, se direta ou indireta, e de quem poderia participar (Van deth, 2001; Borba e Ribeiro, 2010);

Com os estudos sobre cultura política, a participação ganha ainda mais relevância haja vista que esse ativismo pode ser sinônimo de uma sociedade com altos níveis de capital social. Conforme Putnam (2005), esse capital consiste nos recursos presentes em uma sociedade que são capazes de lubrificar as relações sociais, gerando um senso de solidariedade e capacidade de resolução de problemas. Sendo assim, altos níveis de participação política em uma democracia, podem ser um indicativo de um bom funcionamento dos regimes democráticos.

Isso é particularmente interessante, tendo em vista os desafios que as democracias mundialmente têm lidado nos últimos anos. Diversos estudos como de Foa e Mounk (2016), Levitsky e Ziblatt (2018), além dos índices de democracia que monitoram os regimes como a Varieties of Democracy (V-DEM), percebem retrocessos democráticos não só em países com democracias jovens, mas também em regimes considerados consolidados como dos Estados Unidos e países europeus.

Neste sentido, a participação política torna-se um dos elementos principais para uma cultura democrática mais saudável. Cultura essa que nutre e fortalece os regimes democráticos. Assim, compreender a relação entre democracia e participação política é precisamente a intenção deste trabalho.

Para isso, o estudo se propõe a explorar a seguinte questão de pesquisa: como as diferentes visões de democracia se relacionam com as modalidades de participação política dentre os brasileiros?

As visões de democracia de um indivíduo têm sido frequentemente utilizadas como uma das mensurações para compreender como os cidadãos legitimam essa forma de governo. Ao passo que, mesmo sem terem consciência disso, os indivíduos possuem conceitos sobre o que a democracia significa e deveria ser. O conceito de democracia, portanto, pode passar por vários entendimentos e mais que um modelo de democracia pode ser válido. Sendo assim, para medir o quanto um cidadão acredita que o regime democrático no qual ele vive é legítimo, é necessário antes entender qual o seu ponto de partida sobre esse conceito (Canache 2012 e Ferrín; Kriesi,

2016). Esse entendimento pode conter elementos mais liberais e minimalistas, ou incorporar preocupações com igualdade social e maior participação cidadã, além de outros critérios.

Nesse sentido, esta dissertação visa explorar de que forma as diferentes visões de democracia - especialmente a liberal, social e participacionista - estão associadas com o ativismo político do cidadão. A participação política é aqui entendida como multidimensional, podendo se dar por canais convencionais, relacionados principalmente com o campo eleitoral (voto, doação para campanhas e contato com autoridades), mas também por meios não-convencionais, como protestos, greve, abaixo-assinados e boicotes.

Explorar como as visões de democracia se relacionam com os diferentes tipos de participação no contexto brasileiro é relevante tendo em vista que o país se enquadra como uma democracia jovem, que por vezes flerta com o autoritarismo. Ainda diversas pesquisas como a LAPOP e o *World Values Survey* atestam altos níveis de relativização da democracia dentre os brasileiros e baixos níveis de participação política, o que pode indicar uma cultura política democrática ainda reticente (Moisés, 2005).

É interessante explorar se mesmo diante desse contexto, as visões de democracia dos cidadãos podem estar relacionadas, em alguma medida, com uma propensão maior para o ativismo político. Averiguar essa dinâmica contribui tanto para a literatura da legitimidade democrática quanto para o entendimento empírico de fatores que incentivam a participação política. Trabalhos como o de Canache (2012), Cinar e Bulbul (2022) já realizaram alguns esforços para entender esse fenômeno na América Latina, no entanto, não exploram em profundidade o caso brasileiro.

Dentre as hipóteses deste trabalho, a primeira supõe que um entendimento mais liberal da democracia está relacionado com um ativismo convencional, como o voto, doação para campanhas e contato com autoridades. Já a segunda hipótese afirma que a visão social e participacionistas, consideradas mais exigentes por demandarem mais justiça social e participação, estariam relacionadas com um ativismo não convencional, como o protesto, greve, abaixo-assinado e boicotes.

Os principais resultados deste trabalho constataram que a visão liberal é a que possui maior consistência dentre as diferentes modalidades de ativismo, demonstrando efeitos em atividades convencionais como voto e doação para campanhas, mas também, em atividades não convencionais, como protesto, abaixo-assinado e boicotes. A visão social e participacionista, por sua vez, somente obtiveram efeitos mais relevantes na variável greve, com a visão social sendo a predominante nessa variável.

Por sua vez, os efeitos observados da visão liberal estão em consonância com os resultados vistos na Europa (Oser e Hoogue, 2018), mostrando relação com diferentes formas de ativismo político também no contexto brasileiro.

No capítulo um discutimos a multidimensionalidade da democracia, bem como os desafios de mensuração do apoio ao regime. Compreender como um cidadão de fato legitima a democracia passa por problemas de reconhecimento sobre qual conceito de democracia ele se refere e por driblar obstáculos metodológicos como a desabilidade social, uma vez que dar suporte à democracia é comumente entendido como preferível e pode não expressar o que de fato o indivíduo pensa. Assim, o capítulo também explora a contribuição de autores como Ferrín e Kriesi (2016) que colaboram com uma boa medida de legitimidade democrática, combinando a visão de democracia do indivíduo com a forma como esses critérios são avaliados em seu país.

No capítulo dois, exploramos a multidimensionalidade da participação política e os desafios de delimitar esse fenômeno. O capítulo trata das duas modalidades de participação política: a convencional e não convencional, bem como os principais condicionantes que a literatura aponta com a contribuição de Verba, Scholozman e Brady (1995). Além disso, o capítulo também apresenta estudos que já lidam com a relação entre visões de democracia e os padrões participativos.

No capítulo três, é apresentada a metodologia para operacionalização da pesquisa. Para averiguar a relação entre as visões de democracia e a participação política dos brasileiros foi utilizado a base de dados da *World Values Survey* do ano de 2018 do Brasil. Essa é uma das maiores pesquisas no campo de comportamento político que oferece insumos relevantes sobre as mudanças comportamentais e valorativas dos cidadãos. Quanto às técnicas, foram realizadas análises fatoriais e aplicados modelos de regressão logística multivariada. Nesse sentido, foram desenvolvidos diferentes modelos para cada atividade das modalidades de participação política, incorporando as variáveis das três principais visões de democracia - liberal, social e participacionista - além de controles relevantes.

No quarto capítulo são apresentados os resultados dos testes empíricos realizados. Discute-se as principais hipóteses do trabalho, assim, são apresentados os resultados dos modelos referentes às modalidades de participação convencional com cada visão de democracia como voto, doação para campanhas e contato com autoridades, bem como os da participação não convencional, como abaixo assinado, protesto, boicote e greve. Além disso, um modelo adicional foi realizado com cada modalidade com a presença das três visões de maneira simultânea com o objetivo de confirmar os efeitos dessas. O trabalho também conta com um

apêndice metodológico destinado a um maior aprofundamento dos testes estáticos que validam os modelos de regressão.

1 MEDIDAS E PERCEPÇÕES DE DEMOCRACIA

Compreender como os cidadãos legitimam a democracia é um esforço realizado durante muito tempo na Ciência Política (Claassen et al 2023). Especialmente, frente a uma onda de desconsolidação democrática, na qual até mesmo países com democracias já consolidadas, como nos Estados Unidos e Europa, passam por tentativas autoritárias e iliberais que corroem as instituições democráticas de dentro para fora (Foa e Mounk, 2016; Levitsky e Ziblatt, 2018).

No entanto, mensurar o apoio à democracia não é uma tarefa fácil, haja vista que se trata de um fenômeno multidimensional que desafia os pesquisadores em termos de operacionalização (Osterberg-Kaufmann et al., 2020). Portanto, é precisamente esse debate que este capítulo visa endereçar.

Na primeira seção do capítulo é tratado sobre as diversas conceitualizações da democracia. Como o conceito pode assumir um entendimento voltado a um nível mais processual, em termos de eleições e competitividade política, e como também pode assumir um entendimento mais abrangente, no qual, para o regime ser considerado verdadeiramente democrático, precisa endereçar questões como a desigualdade social e econômica e seus impactos no acesso ao poder e a participação igualitária. Além de uma visão mais direta da democracia, na qual a participação do cidadão não deve ser somente para escolher a elite que governa, mas sim, para ter voz ativa nas decisões e pautas escolhidas pelo governo. O objetivo desta seção é justamente explicar a multidimensionalidade da democracia e como os indivíduos podem ter visões de democracia que combinam vários elementos.

Já a segunda seção do capítulo tem como objetivo apresentar os desafios de mensurar o apoio político considerando um fenômeno tão multidimensional e que pode estar relacionado a diferentes objetos políticos. A seção apresenta as importantes contribuições de Easton (1965) que aponta que a legitimidade política deve ser medida através dos diferentes apoios aos diversos objetos políticos. No entanto, tal mensuração passa por alguns problemas, como uma abrangência muito grande ao retratar a democracia, sendo impossível compreender sobre qual visão de democracia o cidadão tem em mente ao mensurar seu apoio, além de problemas associados à desabilidade social, uma vez que os indivíduos ficam mais sensíveis ao responder que não preferem a democracia. Em razão dessas dificuldades, novas medidas são criadas para tentar captar o nível de comprometimento com a democracia, bem como, medidas que compreendam a visão de democracia do cidadão.

Nesse sentido, a terceira seção do capítulo visa explorar em detalhes a mensuração das visões de democracia, através das contribuições de Ferrín e Kriesi (2016). Os autores

organizaram um livro que relata a construção da medida e os resultados das visões e avaliações sobre a democracia na Europa. Estudos realizados a respeito da América Latina e do Brasil também são apresentados e mostram caminhos para explorar como as visões de democracia podem estar relacionadas a atitudes e comportamentos político

1.1. DESAFIOS DA CONCEITUALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA

O conceito de democracia pode ser entendido de diversas formas. Esse termo passou a ser utilizado de tantas maneiras que até mesmo regimes autoritários podem se entender como uma democracia (Albrecht, 2019), indicando a magnitude do desafio conceitual ao lidar com o termo. Em razão dessa dificuldade, o objetivo desta seção é revisar o debate contemporâneo sobre dois eixos propostos por Albrecht (2019): representação, participação, além do eixo social e estabelecer as bases teóricas para as diferentes visões de democracia que um cidadão pode combinar, mesmo que sem esses conceitos em mente. Esses eixos foram escolhidos por terem a capacidade de resumir os principais caminhos para se debater democracia, o objetivo desta seção, no entanto, não é de esgotar o debate, mas sim de compreender as principais mudanças no que tange ao entendimento da democracia.

No que diz respeito ao eixo de representação, as principais vertentes são embasadas nas contribuições de Schumpeter e Dahl. A teoria democrática contemporânea entende a democracia, especialmente, através da representação e rompe com os elementos normativos da teoria da democracia clássica. Em sua obra “Capitalismo, socialismo e democracia” (1984), Joseph Schumpeter realiza uma crítica a essa concepção que se baseia na ideia de que os indivíduos são dotados de razão e através dela é possível haver um debate público com o objetivo de alcançar o bem-comum. A crítica de Schumpeter consiste na ingenuidade da tradição liberal ao afirmar três pontos: a) que o povo tem uma vontade efetiva, b) deseja participar da política c) e seria capaz de formar suas vontades através de sua própria razão.

Schumpeter (1984) explica que na prática é difícil conceber que várias vontades individuais possam se tornar uma vontade coletiva, haja vista que devido a presença de vários pontos de discordância, é difícil imaginar que as decisões políticas advindas desta suposta vontade coletiva sejam de fato aquilo que o povo deseja (Schumpeter, 1984, p. 305). Além disso, Schumpeter (1984) argumenta sobre o baixo senso de responsabilidade e a ignorância do cidadão comum, uma vez que os indivíduos geralmente possuem um baixo interesse pela política e só se relacionam quando um benefício direto está em questão. Além disso, o autor afirma que as ideias dos cidadãos são vazias e podem ser preenchidas facilmente por populistas

ou demagogos, isto é, os indivíduos seriam facilmente manipulados através da propaganda política.

Por isso, para o autor, a democracia não seria um governo do povo, mas sim um governo aprovado pelo povo. A democracia para Schumpeter tem um caráter instrumental, os cidadãos somente escolhem seus representantes e quem governa de fato é a elite, então sua característica principal é a competição política. Dessa forma, Schumpeter (1984) possui uma visão minimalista da democracia e argumenta que o método democrático é um sistema institucional com objetivo de tomar decisões políticas através da luta pelos votos do cidadão (Schumpeter, 1984, p. 321).

Outro autor importante para a teoria democrática contemporânea é Robert Dahl, especialmente com sua contribuição em “Poliarquia”, em 1971. Lessa (2001, p.47) aponta que embora a obra de Dahl seja retratada como uma teoria descritiva, ainda contém características normativas. Dessa forma, em sua obra, Dahl toma como pressuposto que uma das características-chave da democracia é a responsividade contínua por parte do governo às preferências dos cidadãos, considerados como politicamente iguais (Dahl, 2005, p.25). O autor também explica que são necessárias certas condições para um governo democrático, especialmente para uma democracia com grande número de pessoas. Há três condições para que o governo seja responsivo aos seus cidadãos: a) é necessário que haja oportunidades para que os cidadãos formulem suas preferências; b) são necessárias oportunidades para expressá-las, e por fim, c) tais preferências devem ser igualmente consideradas na conduta do governo (Dahl, 2005, p. 27). De tal forma que para uma democracia funcionar plenamente, é preciso que haja competitividade política e que todos os direitos e liberdades sejam assegurados, tais quais: a) liberdade de formar e aderir a organizações, b) liberdade de expressão, c) direito de voto, d) elegibilidade para cargos políticos, e) direito de líderes políticos disputarem apoio, f) fontes alternativas de informação, g) eleições livres e idôneas, h) instituições para fiscalizar as eleições e o acesso a manifestação de preferências (Dahl, 2005, p.27).

Desta forma, tais condições podem ser resumidas em duas variáveis: contestação pública e direito de participação. São através delas que Dahl cria um esquema para definir o nível de democratização ou não de um regime. A contestação pública aqui é entendida pelo nível de competição política presente no regime, e o direito de participação, por sua vez, é entendido como a proporção da população que tem acesso e participa politicamente, isto é, o nível de inclusividade do regime (Dahl, 2005). Dessa maneira, os regimes que possuem um alto nível de contestação política e de inclusividade seriam ideais para a concepção de uma poliarquia. É importante ressaltar que o autor utiliza o conceito de poliarquia no lugar da palavra

democracia, por essa última realizar uma referência à democracia grega, um regime com participação direta, sem representação (Lessa, 2001).

É a partir da contribuição de Dahl que a teoria democrática pluralista ganha força, de maneira que é vital para o pleno funcionamento da democracia um regime inclusivo, no qual o povo de fato participe. Conforme Lessa (2001, p. 49) o padrão normativo presente nas contribuições de Dahl e nas teorias democráticas clássicas se reflete nos pressupostos normativos, tal qual na ideia de legitimidade que o povo dá à democracia, por isso a necessidade da representação do *demos* e de sua participação. Além disso, essa normatividade estaria presente na concepção da tradição liberal sobre os direitos naturais que são inerentes aos seres humanos. Por isso, Lessa (2001) explica que a teoria dahlsiana seria um meio do caminho entre uma teoria democrática descritiva e uma normativa.

Ao comparar as teorias democráticas de Schumpeter e Dahl é possível perceber diferenças e semelhanças, ao passo que ambos veem um papel fundamental da competitividade política, no entanto, Dahl reforça a necessidade da participação como elemento importante para uma democracia. De fato, Schumpeter realiza uma cisão com a tradição liberal clássica da democracia e procura se ater ao método democrático, no qual a democracia é um meio para se escolher governos e a participação do povo consiste somente na aprovação de qual elite governará. Já na teoria de Dahl, o autor reconhece a necessidade do pluralismo para um regime democrático de qualidade, de tal forma que a inclusividade ou o direito de participação da população deve ter uma grande amplitude, dessa forma, embora Dahl também reconheça o regime democrático em termos da necessidade da escolha de uma representação através das eleições, também é necessário uma série de pressupostos para que esse processo de responsividade ocorra entre eleitos e eleitores.

É nesse contexto que Carole Pateman realiza sua contribuição para a conceitualização da democracia na vertente de participação, em que enfatiza a importância dessa e realiza uma crítica às concepções de uma democracia somente em termos de competitividade política. A partir disso, em sua obra “Participação e teoria democrática” (1992), Pateman realiza uma revisão das teorias democráticas consideradas liberais clássicas por Schumpeter, que são representadas por Mill e Rousseau, além de realizar críticas contundentes à visão minimalista da democracia de teóricos elitistas, como Mosca, Pareto e Schumpeter.

A principal crítica da autora seria que tais teóricos possuem uma certa aversão à participação dos indivíduos na democracia. Uma das razões para essa postura estaria no contexto histórico relativo ao período da Segunda Guerra Mundial, haja vista que algumas evidências apontavam que indivíduos mais pobres teriam uma tendência ao totalitarismo, assim,

entregar às decisões políticas a essa massa, poderia ser prejudicial à democracia (Pateman (1992). Além disso, um outro motivo dado por esses teóricos seria uma grande apatia política da massa, haja vista que a teoria liberal clássica supõe que tais indivíduos formariam suas próprias opiniões através da racionalidade humana, contudo, os cidadãos seriam altamente manipulados pela propaganda política. Assim, a teoria clássica seria, de certa forma, ingênua ao depositar confiança nessa racionalidade humana. (Pateman, 1992, p. 29)

Em relação a crítica de tais teóricos sobre a tradição democrática liberal ser muito normativa, o que Pateman (1992) defende é que, na verdade, a teoria descritiva da democracia também apresenta diversas características normativas, com pressupostos e critérios para que um regime seja considerado democrático (Pateman, 1992, p.26).

Uma outra crítica que Pateman realiza aos autores da teoria da democracia contemporânea é a respeito da leitura sobre o papel da participação na teoria clássica. Conforme Pateman (1992), Mill e Rousseau não acreditavam que a consciência política seria dada somente através da lógica, para esses autores essa consciência e a participação viriam de uma socialização, isto é, de uma prática. Conforme a autora, os teóricos da democracia contemporânea falharam em identificar esse papel da participação.

Diante disso, Pateman (1992) enfatiza a importância de uma teoria democrática participacionista, isto é, que enxergue a participação não somente como um mero dispositivo de proteção aos direitos e liberdades, mas que os indivíduos e as instituições sejam considerados integralmente. Assim, tal vertente defende que as instituições representativas não são suficientes para uma democracia plena, é necessário que cidadãos estejam envolvidos na vida política. É preciso que esses desenvolvam habilidades e tenham um treinamento social para conviver e debater no espaço público e isso somente ocorre através da participação. Conforme Pateman (1992, p. 60), a participação é um elemento de educação, de tal forma que “[...] quanto mais os indivíduos participam, melhor capacitados eles se tornam para fazê-lo” (Pateman, 1992, p. 61).

Além disso, para a teoria democrática participacionista, os teóricos contemporâneos ignoram que as desigualdades sociais dificultam o acesso a recursos e ao poder, impactando na igualdade e liberdade dos indivíduos (Albrecht, 2019). Por isso, é vital que essa participação de uma maneira mais ampla, para além do voto, seja garantida.

Seguindo a linha dos impactos das desigualdades sociais é necessário tratar de uma vertente importante para se conceitualizar democracia, que embora não enquadrada como uma teoria democrática per se, possui impactos nas visões de democracia manifestas pelos cidadãos, como é o caso da democracia social. Tal vertente política e econômica defende a necessidade

do Estado ou de uma democracia para diminuir as barreiras econômicas e sociais, tendo em vista melhor qualidade de vida e participação política para o cidadão. Conforme Anthony Giddens (1999), em sua obra, “A terceira via: O renascimento da Democracia Social”, a democracia social surge a partir das incoerências percebidas no sistema capitalista e se inspira no socialismo. Assim, a democracia social vai tomando forma através dos partidos europeus, com a defesa do bem-estar social, e a presença de um estado mais forte na economia. No entanto, a partir do final da Guerra Fria, com o fracasso do socialismo na União Soviética, a democracia social se reinventa tentando transcender as vertentes econômicas neoliberais e socialistas (Giddens, 1999). De tal que modo que a democracia social ainda reconhece os malefícios do sistema capitalista e do neoliberalismo, tais quais as desigualdades sociais, econômicas, altas taxas de desemprego e inflação, ao mesmo tempo que estabelece que o caminho não é um socialismo, mas sim uma democracia que opere para diminuir tais desigualdades.

Diante do exposto, percebe-se a complexidade do debate das teorias democráticas que abrangem os eixos de representação, participação e social. É interessante entender que a percepção sobre o conceito de democracia do indivíduo pode ser uma mistura de todas as teorias democráticas, ainda que tal cidadão não o perceba. O que será discutido mais a frente sobre as visões de democracia.

Portanto, essa seção teve como objetivo de elucidar os principais caminhos das teorias democráticas e estabelecer que embora tais teorias difiram em termos do modo da participação política, se concentrando mais no voto ou em uma participação mais abrangente, ou na maneira como a representação deve ser, se mais indireta ou direta, é importante perceber certos padrões para conceitualizar uma democracia. A igualdade política é um elemento que está presente em todas as teorias democráticas apresentadas, ainda que se verifiquem diferentes formas de entender como a garantia de direitos e liberdades irá ocorrer na prática. De forma semelhante, há diferenças relevantes na extensão desses direitos, que podem ao não envolver a igualdade ao acesso à riqueza social ou aos patamares mínimos de segurança material.

A partir disso, a próxima seção dessa dissertação é dedicada à compreensão dos desafios de mensuração da legitimidade democrática, abordando a complexidade de medir um conceito multidimensional.

1.2. DESAFIOS DE MENSURAÇÃO

Como vimos na seção anterior, a democracia pode ser conceitualizada de diversas formas. Assim, por ser um conceito multidimensional, há desafios para compreender a legitimidade e apoio político que os cidadãos dão a ela. Nesse sentido, a presente seção tem como objetivo elucidar os principais desafios de mensuração do apoio democrático.

Entender a legitimidade política da democracia é uma pauta de anos na Ciência Política (Davis, Gaddis e Goidel, 2022), especialmente a partir da terceira onda de democratização, na qual diversos países da América Latina, África e Ásia se tornaram democracias (Inglehart e Welzel 2005). Tal interesse em medir o apoio democrático acontece uma vez que o regime se compromete com algumas promessas, como destacado por Davis, Gaddis e Goidel (2022):

Other depictions of democracy concentrate on its ability to produce “good” outcomes over time. By empowering individual autonomy, democracy fosters economic innovation and growth, while the mechanisms of political accountability make military conflict less likely (Bueno de Mesquita et al. 1992 APUD Davis, Gaddis e Goidel, 2022)

Dessa forma, a democracia é vista como a alternativa preferível em termos de um melhor desenvolvimento social e econômico, e com a capacidade de alcançar resultados políticos através da distribuição de poder e recursos de forma igual. É importante enfatizar que as medidas para entender o apoio democrático, a primeiro momento, tiveram como foco o lado processual da democracia, em termos de eleições livres, garantia de direitos e liberdades e o respeito a “rule of law” pelos atores e instituições (Davis, Nicholas e Gaddie, 2022). No entanto, instituições como a V-DEM passaram a mensurar a democracia como um conceito multidimensional, para além dos aspectos processuais, como também igualitário, deliberativo e participativo (Davis, Nicholas e Gaddie, 2022 p.27). Outras organizações de pesquisas também realizam avaliações do apoio à democracia como o Eurobarómetro, Latinobarómetro, WVS, entre outras. Essas medidas facilitaram a comparação sistemática do desenvolvimento democrático entre países (Davis, Nicholas e Gaddie, 2022, p. 26).

A literatura que fundamenta a mensuração de apoio e legitimidade democrática é embasada em Easton (1965). O autor explicou a multidimensionalidade da legitimidade política dividindo-a em apoio difuso e específico, e ainda identificou três objetos políticos diferentes: a comunidade política, o regime, e autoridades (Easton, 1965). Conforme Easton (1965), esses objetos são elementos fundamentais do suporte político e distingui-los torna-se importante, uma vez que os indivíduos possuem atitudes e sentimentos conflitantes ao mesmo tempo sobre diferentes aspectos desses objetos (1965, pp.168-171). O apoio difuso consiste nas atitudes abstratas em relação às autoridades, comunidade política e regime, enquanto o apoio específico

está relacionado com a avaliação do desempenho dessas autoridades políticas (Moraes e Moisés 2021).

Outros estudos, como o de Pippa Norris (1999), contribuíram para expandir o conhecimento dessa vertente, explicando que embora as contribuições de Easton sejam um bom fundamento, é necessário um refinamento dos objetos políticos, haja vista que há várias evidências empíricas que apontam um leque maior de objetos (Norris, 1999, p.26). Nesse sentido, a autora muda a classificação para contemplar: comunidade política, princípios do regime, desempenho do regime, instituições do regime e atores políticos. Assim, para entender a legitimidade seria necessário medir os apoios dos indivíduos aos diferentes objetos. Dessa forma, mensurar o apoio à democracia seria o modo de justamente entender sua legitimidade, especialmente através da dimensão do apoio específico (Mattes, 2018).

No entanto, é aqui que são apresentados os impasses. Os três principais problemas na mensuração do entendimento e apoio da democracia para os cidadãos consistem na conceitualização, na operacionalização e na metodologia (Osterberg-Kaufmann et al., 2020). No que diz respeito à conceitualização, há diversas formas de se conceitualizar a democracia, podendo ser ela liberal, participativa, deliberativa, social, de tal forma que há também diversas formas de apoio à democracia (Casalecchi, 2016). Assim, é preciso compreender sobre qual pressuposto teórico está se falando ao pensar sobre democracia.

A respeito do segundo problema, a operacionalização, a dificuldade consiste em escolher quais indicadores empíricos podem servir para mensurar a percepção e o conhecimento dos cidadãos sobre democracia (Osterberg-Kraufman et al, 2020 p. 303). Isso inclui a seleção das questões como satisfação com a democracia, preferência ou compromisso democrático. Para além disso, o próprio formato da pergunta, se aberta ou fechada, se utiliza a escala de “more likely”, entre outros. A escolha desses elementos de desenho de pesquisa impacta na mensuração correta daquilo que realmente se deseja medir.

O terceiro desafio é o metodológico que consiste em lidar com a variância dos instrumentos utilizados em análises interculturais, (Osterberg-Kraufman et al, 2020 p. 303), haja vista que há problemas de heterocedasticidade, isto é, os erros não possuem uma variância em comum, ao realizar análises comparativas do apoio político entre países (Seligson et al., 2006). Além disso, há os problemas de desejabilidade social, uma vez que estudos mostram que os indivíduos tendem a responder de forma positiva que preferem ou apoiam a democracia em seu país por ser o socialmente esperado (Ejaz, Thornton, 2023).

Ainda sobre esses desafios, Casalecchi (2016) explica que diversos estudos mostram que os cidadãos podem dar diferentes significados à democracia, independente da região em

que vivam. Portanto, quando tenta-se medir o apoio democrático através do indicador de preferência da democracia não se sabe qual conceito está se utilizando, logo não está medindo o que se propõe a mensurar. Conforme Casalecchi (2016), depender somente do indicador de preferência democrática traz outros desafios, haja vista que os estudos mostram que mesmo que as pessoas tenham uma alta preferência democrática, nem sempre as atitudes democráticas, como a tolerância política, estão acompanhadas.

Como forma de tentar remediar esses desafios, alguns estudos já utilizam novas medidas para complementar a análise, como perguntas sobre a relativização e compromisso com a democracia (Casalecchi, 2016, Fuks et al. 2016). Isto porque quando a palavra democracia é apresentada, a tendência é que os indivíduos tenham uma resposta favorável, assim, se fazem necessárias perguntas que meçam de forma indireta à disposição ao apoio democrático (Seligson et al., 2006; Ejaz e Thornton, 2023; Fuks et al, 2016).

De tal modo que é preciso mensurar qual a disposição dos cidadãos em rejeitar alternativas autoritárias frente a crises econômicas, políticas e sociais para justamente compreender o quão comprometidos com a democracia esse cidadão está (Casalecchi, 2016, p. 46). Essa pergunta permite compreender com maior precisão as motivações por trás da escolha do regime democrático ou não. A partir disso, Inglehart e Welzel (2005) contribuem com uma tipologia, ao passo que aqueles indivíduos que preferem a democracia e rejeitam soluções autoritárias em momentos de crise são considerados democratas sólidos. Já os indivíduos que dizem preferir a democracia, no entanto, ainda aceitam relativizá-la frente a crises econômicas, políticas e sociais, são considerados democratas instrumentais, haja vista que seu suporte pode facilmente desaparecer (Inglehart e Welzel, 2005).

Diversos estudos mostram a diferença quantitativa entre os cidadãos que preferem a democracia e os que também rejeitam soluções autoritárias, revelando fragilidades da adesão democrática pelo mundo (Fuks et al, 2016, p.202). A título de exemplo, a pesquisa Valores em Crise, realizada pelo WVS e Instituto Sivos, com o objetivo de monitorar atitudes e comportamentos relacionados à democracia durante a pandemia, realizou perguntas referentes ao apoio democrático.

Assim, para a questão “apesar de ter alguns problemas, a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”, 75,9% dos brasileiros responderam que concordam totalmente ou parcialmente com a pergunta (Sivos, 2020, p.16). O que a princípio poderia indicar uma alta adesão à democracia, no entanto, ao realizar a pergunta “quando há uma situação de crise, não importa que o governo passe por cima de leis, do Congresso ou das instituições com o objetivo de resolver os problemas e melhorar a vida da população”, 64,5%

dos brasileiros disseram que concordam plenamente ou parcialmente, indicando uma alta taxa de relativização da democracia.

A pesquisa também mostra que dos que preferem a democracia, somente 26,4% também rejeitam as soluções autoritárias. Enquanto, “73,6% dos que preferem a democracia aceita relativizá-la em algum grau” (Sivis, 2020 p. 17). Nesse sentido, é possível perceber que quase 3 a cada 10 brasileiros são democratas sólidos, e boa parte são democratas instrumentais. Tais dados mostram a incipiência da adesão democrática dos brasileiros¹, o que reforça a necessidade de averiguar esse apoio através de várias medidas.

A partir da discussão dos desafios de mensuração da legitimidade democrática percebe-se a complexidade do tema que se dá pela dificuldade da conceitualização, da operacionalização e da metodologia. Mesmo assim, nota-se que ao longo dos anos novas medidas foram testadas ao ponto de alcançar novos indicadores que conseguem mensurar com maior precisão o que o cidadão compreende por democracia e medir seu apoio.

As pesquisas passaram a incrementar não só perguntas de preferência e de compromisso com a democracia, mas também avaliando as atitudes democráticas e os valores associados à democracia, como forma de encontrar caminhos alternativos para mensurar tal apoio (Claassen et al, 2023). Uma das alternativas propostas é a vertente de visões de democracia, propostos por Ferrín e Kriesi (2016) que realizam o esforço de lidar com os desafios de primeiro compreender sobre qual tipo de democracia o cidadão tem como referência e, depois, mensurá-la, o que será melhor discutido na seção que segue.

1.3. AS VISÕES DE DEMOCRACIA

Os desafios de mensurar a legitimidade democrática são vários, no entanto, há estudos que procuram endereçá-los sob a perspectiva do entendimento ou da visão de democracia dos cidadãos. Dessa forma, a presente seção tem como objetivo apresentar os detalhes dessa mensuração a partir das contribuições do livro organizado por Ferrín e Kriesi (2016), que oferecem ferramentas para compreender as diferentes visões de democracia e mensurar a legitimidade democrática. Por fim, será apresentado como explorar os efeitos dessas visões com os achados sobre o Brasil.

¹ Esses resultados colaboram com os estudos realizados por Moisés (2008), que investiga se há traços autoritários remanescentes na experiência democrática dos países da América Latina. O estudo mostra a presença de uma ambivalência democrática, ou seja, uma falta de consistência no apoio do regime democrático como único caminho viável (Moisés, 2008; Fuks et al., 2016)

Compreender como os cidadãos entendem ou dão significado à democracia tem sido o esforço de diversos trabalhos empíricos e isso se dá pela intenção de responder questões fundamentais como quem governa, como os governos devem se organizar e como os cidadãos podem ter um maior controle de seu governo (Canache, 2012, p.3). Dessa forma, esses trabalhos desenvolvem métodos para capturar os diversos conceitos ou visões que um cidadão pode ter. O conceito mais utilizado para definir a democracia deriva do modelo liberal, muito influenciado pelas contribuições de Dahl e Schumpeter, e “embora essa concepção seja a mais popularizada, não se pode pressupor que todos os cidadãos do mundo compartilham dessa visão” (Canache, 2012, p.4). Canache (2012) argumenta a necessidade de mais trabalhos que sejam capazes de explorar as diferentes visões e seus efeitos.

Trabalhos como de Ferrín e Kriesi (2016) no livro *“How Europeans view and evaluate democracy”* possuem o objetivo de explorar esse caminho. Para compreender a legitimidade democrática os autores pontuam duas questões principais: o conceito de democracia é multidimensional, e por isso, não diferenciam os cidadãos entre democratas e não democratas, mas, sim, desejam compreender as variações dessa conceitualização em cada indivíduo. Sobre o segundo ponto, os autores argumentam a respeito da dificuldade de traduzir os conceitos de apoio político - embasado em Easton (1965) - para as mensurações. Isto é, a relação dos tipos de apoio - difuso e específico² - é ambígua, à medida que podem medir mais que um objeto político (comunidade política, regime político e autoridades) ao mesmo tempo. Isso causa um problema para compreender a verdadeira legitimidade que um indivíduo dá a um objeto político, ao passo que uma pessoa que apoia a democracia como um ideal não necessariamente apoia a maneira como o regime democrático é implementado em seu país (Ferrín e Kriesi, 2016, p. 10).

A partir disso, Ferrín e Kriesi (2016) propõem avaliar o apoio à democracia através de dois aspectos: (1) as visões de democracia, ou seja, como a democracia deveria ser para esses cidadãos em termos de princípios normativos, em contraste com (2) as avaliações da democracia, em que os cidadãos avaliam como os princípios democráticos são implementados em seu país (Ferrín e Kriesi, 2016, p. 10). O objetivo dos autores é de realizar uma análise capaz de mesclar as características dos indivíduos com fatores contextuais, haja vista que diversos estudos apontam que a qualidade da democracia em um país afeta a percepção e o entendimento do indivíduo sobre o regime (Ferrín e Kriesi, 2016, p. 15).

² Apoio difuso entendido como as avaliações sobre o que o objeto é ou representa e apoio específico está associado com a satisfação do indivíduo em relação ao desempenho do objeto político (Ferrín e Kriesi, 2016, p. 9)

No estudo europeu, os autores consideraram a pesquisa do European Social Survey (ESS) e avaliam as três principais visões de democracia: liberal, social e direta. O modelo de democracia liberal é o mais clássico, entendido em termos processuais e considerado uma visão minimalista da democracia. Haja vista que é centrado no processo eleitoral, que contempla questões de igualdade política, competição política de forma livre e justa, e garantia de direitos civis básicos, como liberdade de expressão e liberdade de imprensa (Ferrín e Kriesi, 2016; Cardoso, 2021).

No que tange às visões maximalistas da democracia, inclui-se a social e a direta. A visão social parte do pressuposto que para haver, de fato, igualdade política, os cidadãos devem desfrutar de um nível satisfatório de igualdade social e econômica (Ferrín e Kriesi, 2016, p.8). Os componentes levados em consideração são: a) o quanto os cidadãos exigem que o governo proteja os cidadãos contra a pobreza, e b) o quanto exigem que as diferenças de renda entre ricos e pobres não sejam muito grandes. (Ferrín e Kriesi, 2016, p. 80).

Já a visão de democracia direta bebe da teoria participacionista, que leva em consideração a necessidade da participação política do cidadão para além do voto. Conforme Ferrín e Kriesi (2016 p. 7) em democracias contemporâneas, a participação direta se dá como um complemento ao modelo representativo, que permite que os eleitores proponham certas pautas para serem votadas e que questionem decisões dos que governam por referendos. O indicador que mede a preferência a uma participação mais direta consiste em quanto os cidadãos preferem um controle mais direto do povo sobre a tomada de decisões políticas (Ferrín e Kriesi, 2016, p. 77).

Diante do exposto, vale apresentar os principais resultados de Ferrín e Kriesi (2016) no que diz respeito às preferências e avaliações dos europeus em relação à democracia. Os achados apontam que os europeus têm uma visão dominante da democracia liberal, em termos de princípios. No que tange ao processo, no entanto, possuem uma visão mais ampla (maximalista) da democracia que inclui elementos da democracia direta e social. Além disso, o estudo aponta que indivíduos com a visão maximalista conseguem avaliar a democracia mais precisamente e costumam ter atitudes políticas mais coerentes do que pessoas com concepções mais minimalistas (Kriesi e Morlino, 2016, p.322).

É necessário pontuar que a avaliação da legitimidade democrática pode se dar de diversas maneiras, dependendo do contexto de cada país e de como a democracia foi institucionalizada (Ferrín e Kriesi, 2016, p.11). Por isso, há diversos estudos em diferentes países que realizam esforços para compreender como a democracia é conceitualizada pelos cidadãos, utilizando diferentes metodologias.

Schedler e Sarsfield (2007) analisam como os cidadãos mexicanos dão suporte à democracia através de perguntas indiretas que mensuram o suporte aos princípios e instituições democráticas, utilizando análises de clusters. Os autores advogam que perguntas mais indiretas e concretas são melhores para esse tipo de análise.

Chapman et al. (2023) investigam os 90 países disponíveis na bateria do WVS, com o objetivo de responder à questão sobre como conceitos de democracia impactam no suporte à democracia. Eles constaram que os diferentes entendimentos, de fato, impactam na maneira com o cidadão apoia a democracia, ao passo que aqueles com um entendimento mais complexo da democracia e que incluem o significado de soberania popular, possuem maiores níveis de suporte democrático. Enquanto indivíduos com um entendimento mais “antidemocrático”, têm menores níveis de suporte à democracia.

No que diz respeito aos estudos de retrocesso democrático, especialmente no contexto dos Estados Unidos, Ahmed (2023) argumenta que esse fenômeno é melhor percebido em termos institucionais, e é difícil realizar uma análise micro, pois há falta de metodologias para inferir essas mudanças no âmbito atitudinal. Isso acontece uma vez que não há um entendimento universal do que a democracia significa. Assim, o autor defende uma melhor clarificação dos conceitos de democracia, bem como diferenciando isso do que ele chama de “transgressões democráticas”, ao passo que seja possível categorizar essas atividades e contextualizá-las.

Dando continuidade aos trabalhos sobre como a opinião pública percebe a democracia, Kruse, Ravlik e Welzel (2018) realizam um estudo sobre como indivíduos que estão em um regime mais autoritário podem sobrevalorizar a presença da democracia em seu país. Analisando os dados do WVS entre 2005 a 2014, os autores concluíram que países que supervalorizam a presença democrática são os menos desenvolvidos e com pouca experiência democrática, além de serem predominantemente islâmicos (Kruse, Ravlik e Welzel, 2018). Já os países que subestimam a democracia têm regimes democráticos mais maduros, economicamente desenvolvidos e predominantemente protestantes. Os achados dos autores apontam que quando as pessoas dizem que apoiam a democracia em regimes autocráticos, há uma confusão conceitual sobre o que realmente a democracia significa.

Ainda um experimento interessante foi realizado na Indonésia. Ananda e Bol (2020) tinham como objetivo compreender se mais exposição às definições da democracia e a um entendimento uniforme do que ela significa poderia aumentar o suporte ao regime democrático. Os resultados mostram que um maior entendimento da democracia alterou o suporte à democracia somente entre as pessoas com níveis educacionais mais baixos (Ananda e Bol, 2020). E por fim, que aumentar o entendimento da democracia, em níveis gerais, levou a

diminuição da probabilidade da preferência democrática, concluindo, portanto, que “[...] knowing democracy does not necessarily imply loving it” (Ananda e Bol, p. 9, 2020). Esse resultado na Indonésia vai contra os achados de Chapman Et al (2023), que analisam dados mais agregados dos países.

No livro *Democracy's meaning: How the public understands democracy and why it matters*, Davis, Gaddie e Goidel (2022) analisam a população americana com o objetivo de entender como as expectativas das pessoas sobre democracia moldam a maneira como elas a avaliam. Para isso, os autores buscam realizar uma tipologia dos conceitos de democracia, a partir do próprio entendimento dos cidadãos sobre os processos e resultados da democracia.

Como principais resultados, os autores constaram que ideologia e partidarismo estão pouco relacionados com as visões do cidadão sobre a democracia, no entanto, crenças sobre o poder governamental, raça e renda estão mais associadas. No estudo, os autores também exploram se os cidadãos reconhecem comportamentos antidemocráticos e como respondem a isso, com resultados mostrando que embora os indivíduos percebem pontos inapropriados, há divergências sobre o grau de severidade das normas quebradas (Davis, Gaddie e Goidel, 2022). No final, os autores concluem que a opinião pública deseja mais democracia, no entanto, estão divididos no entendimento do que isso de fato significa (Davis, Gaddie e Goidel, 2022).

Por fim, König et al. (2022), realizam uma revisão sistemática a respeito de trabalhos que lidam com entendimento e mensuração da democracia e concluem que os estudos acabam lidando com muitos conceitos de democracia, tornando a área fragmentada. Isso é um problema no momento de realizar comparações, por exemplo. Por isso, os autores propõem que para lidar com o desafio conceitual e de mensuração, os estudos deveriam focar em aspectos chaves de cada concepção da democracia e assim consolidar essas mensurações, especialmente no desenho das questões. Essas devem medir visões de democracia de maneira conjunta, de forma que seja possível entender qual o cidadão prefere (Konig et al, 2022).

No que diz respeito aos estudos na América Latina, Canache (2012) analisa as visões de democracia através de pergunta aberta no *survey* conduzido pelo *Latin American Public Opinion Research* (LAPOP). Nessa pergunta, o respondente pode dar até três conceitualizações sobre “O que significa democracia para você?”. A partir disso a autora agrupou as respostas em oito categorias; i) sem significado, ii) liberdades, iii) igualdade política; iv) participação; v) império da lei; vi) resultados econômicos e sociais; vii) significado negativo e ix) outros significados (Canache, 2012, p. 10). A pesquisa mostrou que boa parte da América Latina entende a democracia através do conceito de liberdades, que é também associado aos procedimentos e ao princípio da igualdade perante a lei (Canache, 2012, p. 12).

Já no Brasil, dentre os estudos que avaliam a legitimidade democrática através das visões, há a tese de Cardoso (2021) que relaciona as visões da democracia com a violência no Brasil e os estudo de Borba et al (2023) que procura compreender as condicionantes das visões de democracia dos brasileiros.

As democracias na América Latina possuem um histórico atribulado, à medida que boa parte dos países possuem uma democracia relativamente recente, como o caso do Brasil, que passou por seu processo de redemocratização há menos de quatro décadas atrás e ainda possui uma relação ambígua com as experiências autoritárias vividas no regime militar.

O estudo de Cardoso (2021) - a partir de dados do WVS - traz dados interessantes e que convergem com os resultados dos europeus: os brasileiros, juntamente com a população da América Latina, possuem uma visão dominante para aspectos liberais em detrimento da justiça social. Segundo Cardoso, “[...]trata-se de um resultado que é consistente com as análises observadas na Europa, tendo em vista que a justiça social implica em uma visão mais exigente de democracia” (Cardoso, 2021, p. 136).

O estudo de Borba et al (2023) analisa as visões de democracia dos brasileiros através do tempo, entre os anos de 2006 a 2018 com os dados do World Value Survey. Os resultados mostram uma grande estabilidade, com a visão liberal sendo a dominante e a visão social como segunda colocada. Já a visão participacionista é a que possui menos aderência e uma maior variação durante o tempo.

Diante disso, ainda são necessários estudos que se aprofundem nos correlatos das visões de democracia. Os achados de Kriesi e Morlino (2016) apontam que indivíduos com visões maximalistas da democracia tendem a possuir atitudes políticas mais coerentes com sua concepção. Esse resultado é fundamental para este trabalho, uma vez que abre possibilidades para explorar de maneira profunda a relação das visões de democracia com a participação política. Especialmente quando há poucos estudos empíricos voltados aos efeitos das visões associadas à forma e a intensidade da participação política (Canache, 2012). Assim, este trabalho visa explorar como as visões de democracia - liberal, social e participacionista - se relacionam com a participação política dos brasileiros.

2 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A participação política é um dos componentes basilares de uma democracia. Entretanto, a extensão dessa participação é passível de debate. À luz dos diferentes conceitos de democracia apresentados, a participação política se adequa a uma versão mais minimalista ou maximalista. Este capítulo tem como objetivo explorar essas diferentes versões e os resultados destes padrões participativos.

Desta forma, o capítulo é organizado em duas seções. A seção 1 apresenta uma revisão conceitual da participação política, um tema bem consolidado na Ciência Política. A seção se debruça sobre os modos convencionais e não-convencionais de participação e se dedica a compreender como um fenômeno multidimensional pode ter seus limites definidos.

A partir disso, a seção 2 apresenta a relação entre as diferentes visões de democracia e os tipos de participação. São apresentados trabalhos que exploram a relação entre as visões de democracia com os padrões participativos, atitudes e valores dos cidadãos.

Este capítulo auxilia no entendimento da lacuna que este trabalho visa preencher ao discutir a importância de se aprofundar no contexto brasileiro para compreender os papéis que as visões de democracia podem ter na participação política do cidadão.

2.1 DESAFIOS CONCEITUAIS

A participação política está intrinsecamente ligada à democracia. Entretanto, a forma como essa participação se manifesta depende do contexto histórico e social. Na democracia ateniense, a participação política era direta, sendo o único caminho pelo qual o cidadão podia exercer sua cidadania (Van Deth, 2001). Nas democracias modernas, com a concepção liberal de democracia, a participação política tornou-se mais focada em atos relacionados ao governo, ou seja, à participação representativa (Van Deth, 2001; Borba e Ribeiro, 2010).

Ao longo dos anos, houve um esforço para que a relação entre democracia e participação política fosse vista como algo além de ações que influenciam o governo, abrangendo também outras áreas, como a comunitária. Além disso, com o advento da Internet, a forma como as informações circulam foram transformadas, especialmente as de natureza política, e a maneira como as pessoas se mobilizam politicamente (Coleman e Blumler, 2009).

O grande desafio na conceitualização da participação política é justamente este: como definir um conceito que pode variar conforme as diferentes situações políticas e sociais, sem

transformar o termo em uma "teoria de tudo"? (Van Deth, 2001). Esta seção do capítulo busca explorar essa questão, entendendo a participação política como um fenômeno multidimensional. Isso significa que os modos de participação política não se limitam apenas aos considerados convencionais, como votos e participação em campanhas, mas também incluem formas "não-convencionais", como protestos, greves, boicotes, entre outros.

Para iniciarmos a construção da concepção multidimensional da participação política, é fundamental revisar as primeiras abordagens sobre o tema. Inicialmente, as contribuições sobre o conceito de participação política eram, em resumo, definidas como as ações realizadas pelos cidadãos para influenciar as decisões políticas (Van Deth, 2001).

Autores como Milbrath (1965) consideravam que a participação era unidimensional, envolvendo apenas um conjunto de atividades relacionadas ao campo eleitoral (Ribeiro e Borba, 2012). Nesse sentido, Milbrath desenvolveu uma tipologia das atividades que poderiam ser classificadas como participação política, organizadas como um continuum e bem resumidas por Ribeiro e Borba (2012):

- 1) expor-se a solicitações políticas; 2) votar; 3) participar de uma discussão política;
- 4) tentar convencer alguém a votar de determinado modo; 5) usar um distintivo político; 6) fazer contato com funcionários públicos; 7) contribuir com dinheiro a um partido ou candidato; 8) assistir a um comício ou assembleia; 9) se dedicar a uma campanha política; 10) ser membro ativo de um partido político; 11) participar de reuniões onde se tomam decisões políticas; 12) solicitar contribuições em dinheiro para causas políticas; 13) candidatar-se a um cargo eletivo; 14) ocupar cargos públicos (Ribeiro e Borba, 2012).

O autor Van Deth (2001) explica que tais concepções eram muito aceitas entre as décadas de 50 e 60 por justamente haver uma visão mais minimalista da democracia, na qual o processo eleitoral era o ápice da participação do cidadão.

Com os estudos empíricos e comparativos de Verba e Nie (1972), a participação política passa a ganhar um novo entendimento. Os autores a definiram como atividades realizadas por cidadãos privados que desejam influenciar a seleção do governo ou suas ações. Ainda uma visão mais orientada ao processo eleitoral, mas que já incorporava mais modalidades do que as propostas por Milbrath (1965). De tal forma que os principais modos de ativismo foram estipulados em: voto, atividades de campanha, contato político e atividade cooperativa (Verba e Nie, 1972).

Com o avanço das pesquisas empíricas na área, a visão unidimensional e a definição de ações orientadas exclusivamente para influenciar governos começaram a ser criticadas e consideradas reducionistas. Essa abordagem excluía diversos outros modos de expressão cidadã que vão além dos canais governamentais, como protestos e boicotes, por exemplo (Seligson e Booth, 1976; Barnes e Kaase, 1979). Nesse sentido, as ações dos cidadãos nem sempre têm a intenção de influenciar o governo, já que podem ser direcionadas a grandes empresas, por exemplo, boicotando certos produtos para provocar mudanças nos comportamentos dessas organizações (Teorell, Torcal e Montero 2007, p.336).

Além disso, o próprio Milbrath (1981) posteriormente reconheceu que esses estudos apresentavam obstáculos metodológicos, pois além de compreender a participação como um fenômeno unidimensional, também se concentravam na análise de apenas um país, seja os Estados Unidos ou um país europeu, o que impedia uma compreensão aprofundada das diferentes modalidades de participação política em outros contextos.

A partir da década de 1970, os estudos sobre participação política começaram a crescer, adotando técnicas de análise mais sofisticadas, como estudos comparativos e modelos estatísticos (Milbrath, 1981). Esses avanços permitiram um entendimento mais profundo dos diferentes modos de participação e seus condicionantes (Milbrath, 1981).

Um dos primeiros estudos a considerar a participação política além do processo eleitoral e incluir a participação em massa, como protestos e boicotes, foi "*Political Action: Mass Participation in Five Countries*" de Barnes e Kaase (1979).

Os autores argumentam que nas décadas de 1950 e 1960, as democracias liberais do Ocidente experimentaram um grande crescimento econômico e estabilidade política. No entanto, à medida que os níveis de educação aumentaram e uma nova ordem emergiu, a pós-industrial, novos conflitos começaram a surgir. Os movimentos de massa passaram a demandar mais direitos para as minorias, igualdade política e econômica, questionando as vantagens econômicas adquiridas pela classe média alta durante esse período. (Barnes e Kaase, 1979, p.14).

Os autores também destacam que, em decorrência dessas transformações, a Ciência Política passou a questionar as teorias elitistas da democracia, enquanto a crítica pós-comportamentalista ganhava destaque. Conseqüentemente, a demanda por estudos empíricos que explorassem formas não convencionais de participação, como os protestos, aumentava. É importante ressaltar que tais ações eram percebidas como indicadores de instabilidade política dentro das democracias, o que explicava a relutância em categorizá-las como formas de participação política. (Borba, 2012; Ribeiro e Borba, 2012; Barnes e Kaase, 1979).

Dessa forma, o projeto *Action Political* foi concebido para abordar essas questões. A pesquisa, iniciada em 1971, analisou cinco países: Áustria, Inglaterra, Holanda, Estados Unidos e Alemanha Ocidental. Esse estudo é relevante pois estabelece as formas de participação política que ainda são usadas hoje, distinguindo entre modalidades convencionais e não convencionais (Barnes e Kaase, 1979). Além disso, essa pesquisa também introduziu inovações metodológicas ao incorporar a dimensão das atitudes e comportamentos na elaboração de uma escala de participação não convencional (Ribeiro e Borba, 2012).

Apesar das inovações, o estudo aceitava a participação de forma unidimensional, ao passo que as modalidades convencionais e não convencionais não eram mutuamente exclusivas, mas sim integrantes desse "repertório" utilizado pelos ativistas (Ribeiro e Borba, 2012). Ou seja, um conjunto de ferramentas para a mobilização contestatória, capaz de iniciar períodos conflituosos (Tarrow, 2009). Assim, a partir desse estudo, os movimentos sociais foram oficialmente reconhecidos como uma forma de participação política. Nesse contexto, o estudo desenvolveu uma classificação denominada "tipologia do repertório de ação política", na qual os indivíduos eram classificados como "inativos, conformistas, reformistas e ativistas" (Ribeiro e Borba, 2012; Barnes e Kaase, 1979)

Após esse estudo, outra contribuição significativa para o campo foi o trabalho de Verba, Schlozman e Brady (1995) em "*Voice and Equality: civic voluntarism in America politics*". Este estudo demonstrou a natureza multidimensional da participação política ao adicionar à análise das modalidades de participação a dimensão do voluntariado. Além disso, o trabalho foi fortemente influenciado por obras como as de Tocqueville e Almond e Verba (1989), ao destacar os elementos comunitários como importantes para o fortalecimento da democracia (Fagundes, 2008).

Dessa maneira, os autores propõem o Modelo do Voluntarismo Cívico, no qual se propõe explorar de forma empírica os condicionantes da participação política, buscando compreender por que nem todas as pessoas se envolvem ativamente na política. O modelo identifica três fatores-chave para a participação política: recursos, engajamento psicológico com a política e acesso a redes de recrutamento individual (Verba, Schlozman e Brady 1995, p. 247). De acordo com Ribeiro e Borba (2015a), este modelo pode ser considerado "[...] o maior esforço teórico e metodológico no desenvolvimento de uma teoria empiricamente fundamentada da participação política" (2015a, p.31).

Quanto aos três tipos de recursos, esses consistem em tempo, dinheiro e habilidades cívicas, ao passo que para cada tipo de atividade um recurso é necessário. As atividades políticas, como participar de campanhas eleitorais ou resolver problemas comuns na

comunidade, requerem tempo (Verba, Schlozman e Brady 1995). Já para contribuir financeiramente com candidatos ou causas políticas, é necessário dinheiro. Além disso, quanto mais habilidades organizacionais e comunicativas um cidadão possui, maior será sua disposição para participar politicamente.

O segundo fator é o engajamento, que se refere às predisposições psicológicas que levam um cidadão a participar, como o senso de eficácia política, que proporciona um sentimento subjetivo de que o indivíduo pode fazer a diferença (Verba, Schlozman e Brady, 1995). Por fim, o terceiro fator é o recrutamento, que está relacionado à mobilização de instituições em prol da participação política, como igrejas, local de trabalho, associativismo entre outras.

Por meio do modelo, Verba, Schlozman e Brady (1995) também identificam preditores interessantes para a participação política. A educação, por exemplo, se mostrou um preditor significativo, haja vista que as habilidades cívicas adquiridas durante a infância e ao longo da vida adulta tendem a resultar em maior participação (Verba, Schlozman e Brady, 1995, p. 350). Além disso, instituições não políticas, como associações e a igreja, exercem um impacto positivo no engajamento político, servindo como locais para discussão e recrutamento (Verba, Schlozman e Brady, 1995, p. 305).

Diante disso, os autores realizam uma tipologia da participação política a separando em nove dimensões, sendo elas: 1) voto, 2) trabalho de campanha, 3) contribuição para campanha, 4) protesto, 5) contato com agentes públicos, 6) trabalho informal na comunidade, 7) membro de um clube político, 8) filiação a uma organização partidária e 9) contribuição a uma causa política (Verba, Schlozman e Brady, 1995, p. 48).

O estudo de Verba, Schlozman e Brady (1995) não apenas estabelece as bases para estudos empíricos que investigam os determinantes da participação política, mas também, segundo Ribeiro e Borba (2015a, p. 31), amplia o escopo da participação política ao abranger também a participação social. Anteriormente, a literatura tratava esses dois temas de forma separada (Van Deth, 2001; Ribeiro e Borba, 2015a).

Uma outra contribuição significativa para o tema veio do trabalho de Teorell, Torcal e Montero (2007), que analisaram os dados do *Projeto Citizenship, Involvement, Democracy* (CID) nos Estados Unidos e na Europa. O objetivo era responder a algumas questões sobre a ação política, como se existe um padrão comum de modalidades de ação política entre as sociedades, embora haja diferenças culturais, institucionais e políticas, e se algumas modalidades de participação estão mais conectadas do que outras (Teorell, Torcal e Montero, 2007, p. 334). A partir dessas análises, os autores conseguiram sistematizar uma série de

atividades políticas, como o voto, os partidos políticos, atividades de campanha, e também incluíram o uso político da internet.

A tipologia realizada pelos autores é guiada pela ideia de que atividades específicas formam um conjunto em si, isto é, uma nova dimensão de participação política (Teorell, Torcal e Montero, 2007, p. 340). Assim, as duas principais dimensões são: o canal de expressão e o mecanismo de influência. Para classificar as atividades do canal de expressão, pode-se considerar ações relacionadas com a representatividade, que são diretamente relacionadas aos canais de representação de uma democracia liberal, como o voto. Há também as relacionadas com a extra representatividade, uma vez que as ações têm outros atores como alvo de influência como grandes empresas, sendo representadas pelo boicote, por exemplo. Já para diferenciar as ações do mecanismo de influência, há as estratégias de “saída” (votos e boicotes) e as de “voz” (atividade partidária e protesto) (Teorell, Torcal e Montero, 2007, p. 340; Ribeiro e Borba, 2012)

Diante desse cenário, observa-se que ao longo de trinta anos, a literatura sobre participação política evoluiu, tornando-se cada vez mais sofisticada e abrangente, incorporando novas modalidades de participação, inclusive as de natureza social. No entanto, o autor Van Deth (2001) destaca uma questão problemática: ao analisar os estudos realizados nas décadas de 1970 a 2000, identifica-se a existência de mais de 70 modalidades de participação que foram mencionadas em um ou mais estudos empíricos, levantando questionamentos sobre os limites da conceitualização da participação política.

Conforme Van Deth (2001), “political participation is about participating in politics”. Assim, se houver uma compreensão clara da natureza e dos elementos da política, tanto do objeto quanto da área de participação, é possível definir o que constitui atividades políticas e o que não constitui. No entanto, o problema surge diante do avanço das democracias, onde a política abrange quase todas as esferas da vida humana, incluindo as culturais, sociais, econômicas e políticas. Conforme argumenta o autor, quanto mais comprometido o governo estiver com políticas redistributivas, mais supervisão por parte do cidadão será necessária, e mais conflitos políticos poderão surgir.

Assim, se a política permeia todas as esferas da vida humana, torna-se mais desafiador definir as atividades relacionadas à política. Devido a essa dificuldade de delimitação, existe o risco de a teoria da participação política se tornar uma "teoria de tudo". No entanto, Van Deth (2001) também argumenta que as mudanças e adições às modalidades de participação política refletem as transformações sociais e políticas da sociedade, evidenciando uma contínua atualização dessa área de estudo.

Embora as pesquisas apresentadas demonstrem um grande avanço na área de participação política, é importante ressaltar que esses estudos não podem ser generalizados para países com contextos socioeconômicos diferentes, como os da América Latina. Por isso, o trabalho de Seligson e Booth (1976) realiza um esforço para propor uma agenda de pesquisa voltada para o estudo da participação política na região.

Os autores argumentam que os estudos realizados na América Latina até então adotavam uma visão unidimensional e reducionista do ativismo político, com os principais temas abordados relacionados à elite e à violência, especialmente em contextos de golpes militares (Seligson e Booth, 1976). Os autores reiteram a importância de considerar a participação política como multidimensional e a necessidade de explorar as motivações por trás da participação política na América Latina.

Seligson e Booth (1976) já analisavam o contexto da América Latina da época, especialmente em relação ao voto. Na América Latina, a motivação em relação ao voto é diferente de outros países, uma vez que, em sua maioria, o voto é obrigatório por lei. Além disso, a política é influenciada por questões clientelistas e continha problemas graves como fraudes eleitorais, corrupção e a presença de regimes autoritários (Seligson e Booth, 1976). Consequentemente, a participação motivada pela patronagem de votos tem efeitos práticos muito diferentes daquela motivada pelo engajamento político (Seligson e Booth, 1976, p.100).

Nos últimos anos, houve um intenso esforço de estudos empíricos para compreender as modalidades e os determinantes da participação política na América Latina que foram inspirados em trabalhos como os de Verba, Schlozman e Brady (1995) e Teorell, Torcal e Montero (2007). A título de exemplo há os trabalhos de Borba e Ribeiro (2010) que visavam entender os condicionantes da participação política convencional e não convencional na região e a relação entre esses comportamentos e alguns valores e atitudes.

Posteriormente, no livro “Participação Política na América Latina”, Ribeiro e Borba (2015a) investigam se a participação política na América Latina e no Brasil é verdadeiramente multidimensional, além de examinar seus determinantes. Através da análise do survey do *World Values Survey* de 2006, confirmam a natureza multidimensional da participação política no Brasil e exploram, especialmente, as modalidades de protesto e outras formas de envolvimento dos cidadãos, como o associativismo (Ribeiro e Borba, 2015a, p. 54,).

Os resultados em relação às modalidades e suas relações são importantes, uma vez que confirmam a tese de que os repertórios de ativismo político precisam ser observados de acordo com seu contexto social e político. Ribeiro e Borba (2015a) relatam doze modalidades de participação, sendo elas: i) igreja; ii) associação de Caridade; iii) associação artística, musical

e cultural; iv) associação esportiva/recreativa; v) sindicato; vi) partido; vii) Associação ambiental; viii) Associação profissional; ix) abaixo-assinado, x) boicotes e, xi) manifestações.

Diante do exposto, torna-se evidente o empenho considerável na conceitualização da participação política ao longo dos anos. Em suma, pode-se afirmar que este é um fenômeno intrinsecamente ligado à democracia e que para compreender as diversas formas de ativismo, isto é, sua característica multidimensional, é necessário analisar através do contexto político e social de cada país. Portanto, como parte do esforço de compreender o que pode estar relacionado com a participação política, a presente pesquisa visa entender se as visões de democracia possuem um papel relevante nessa relação.

2.2 RELAÇÕES ENTRE VISÕES DE DEMOCRACIA E PADRÕES PARTICIPATIVOS

Conforme salientado diversas vezes neste trabalho, a democracia contemporânea está diretamente relacionada com a participação política. Esta última pode se dar de diferentes maneiras a depender de qual visão de democracia se utiliza. Na visão de uma democracia liberal minimalista, a participação política está atrelada às atividades eleitorais. Numa visão de democracia mais participativa como a direta, a participação política também deverá ser direta, com participação em conselhos, referendums e afins.

A pergunta que este trabalho visa responder é precisamente como as diferentes visões de democracia se relacionam com os tipos de participação entre os brasileiros. Para isso, é necessário explorar alguns trabalhos, realizados na Europa e América Latina, que já se dedicam em entender essa relação entre diferentes conceitos de democracia com as atitudes e padrões participativos.

Sobre os achados na Europa, o trabalho de Oser e Hooghe (2018) mostra os impactos das diferentes visões de democracia nas atitudes políticas dos europeus em 2012, utilizando dados do *European Social Survey* de 29 países. Os autores dividem os conceitos de democracia baseados em direitos políticos e direitos sociais, analisando suas relações com padrões comportamentais.

As hipóteses incluem que cidadãos com uma visão de democracia, seja relacionada aos direitos políticos ou sociais, participam mais do que cidadãos que não possuem uma visão determinada ou minimamente precisa. A segunda hipótese é que cidadãos com uma visão predominante em termos de direitos políticos, como direito às eleições limpas e justas, terão

uma maior participação institucionalizada (Oser e Hooghe, 2018, p. 8). Já os cidadãos com uma visão relacionada aos direitos sociais, terão uma participação política mais direcionada à participação em sindicatos, movimentos sociais, e, engajamento cívico (Oser e Hooghe, 2018, p. 8). Cidadãos com essa concepção de democracia seriam mais propensos a protestar contra políticas de austeridade econômica (Oser e Hooghe, 2018).

Através de modelos de regressão multivariados, os autores chegaram a algumas conclusões sobre o padrão participativo dos indivíduos. A primeira hipótese se mostrou verdadeira, ao passo que os cidadãos com alguma concepção de democracia participam mais comparado com aqueles que não tem uma concepção clara (Oser e Hooghe, 2018, p. 18). Além disso, cidadãos com uma visão de direitos políticos mostraram maior participação tanto institucionalizada quanto não institucionalizada, com a educação se destacando como um preditor significativo, o que demonstra consonância com diversos estudos sobre participação política (Verba, Scholozman e Brady, 1995).

Em contrapartida, os cidadãos com uma visão direcionada aos direitos sociais não demonstraram ser mais ativos na política institucionalizada e apenas ligeiramente mais engajados em formas de participação não institucionalizadas (Oser e Hooghe, 2018). Em outras palavras, parece que os cidadãos que têm preocupação com questões relacionadas à pobreza e a desigualdade não canalizam essa preocupação para ações políticas (Oser e Hooghe, 2019, p.21). Portanto, a visão de democracia voltada aos direitos políticos, também identificada como liberal, foi a mais associada as duas modalidades de participação.

Já o estudo de Cinar e BulBul (2022) analisa o banco de dados do WVS, onda 6 (2010-2014) e onda 7 (2017-2020), de 37 países de forma agregada, que inclui o Brasil. O trabalho investiga como as visões liberal, redistributiva e iliberal estão relacionadas com a participação política.

Os resultados mostram que indivíduos com noções mais liberais e redistributivas de democracia se envolvem mais na participação política, já aquelas com uma compreensão autoritária da democracia são mais relutantes em participar de ações políticas (Cinar e BulBul, 2022). Os resultados também indicam que pessoas com um entendimento mais liberal têm uma tendência maior em participar tanto de maneira convencional como não convencional, o que está de acordo com os achados de Oser e Hooghe (2018), na Europa. A visão liberal foi a que demonstrou um efeito substancial perante as diferentes formas de participação (Cinar e BulBul, 2022). Além disso, os autores também encontraram que pessoas com uma visão redistributiva da democracia estão mais inclinadas a participarem de maneira não convencional.

Já em relação aos estudos da América Latina, Canache (2012) realiza um grande esforço nessa área. A autora analisa o impacto dos conceitos de democracia no engajamento cívico na América Latina através dos dados da LAPOP entre 2006-2007. A principal hipótese consiste em que indivíduos que possuem um conceito mais complexo da democracia seriam mais engajados em formas de participação convencionais, ou seja, votos e atitudes em relação ao protesto legal, e menos relacionados com os meios não-convencionais, como protestos ilegais (Canache, 2012, p. 7). Essa hipótese é embasada na ideia de que a complexidade na conceitualização da democracia demonstra mais apego aos processos e vias legais de participação política, o que implica em menos recorrência a meios não legais (Canache, 2012).

Para analisar os diferentes conceitos de democracia, Canache (2012) agrupou as respostas em oito categorias; i) sem significado, ii) liberdades, iii) igualdade política; iv) participação; v) império da lei; vi) resultados econômicos e sociais; vii) significado negativo e ix) outros significados (Canache, 2012, p. 10). A partir disso, a autora separa os efeitos das concepções da democracia em dois modelos. No modelo 1 as variáveis dependentes são aquelas relacionadas às atitudes perante a democracia, como apoio ao regime, tolerância e apoio à censura. No modelo 2, as variáveis dependentes estão relacionadas com a participação política, como voto e protestos.

Desta forma, os resultados do modelo 1 revelam efeitos interessantes sobre as atitudes, ao passo que se os conceitos de democracia se afastam da noção de liberdade, a tendência é que haja menos apoio à democracia (Canache, 2012). Outro achado é que a tolerância é mais impulsionada pela informação e engajamento cívico, educação e interesse político do que os diferentes conceitos de democracia (Canache, 2012, p. 16). Além disso, um grande efeito de uma conceitualização da democracia é a visão em termos de resultados sociais e econômicos, os dados indicam que cidadãos com conceitos mais instrumentais da democracia tendem a apoiar mais a censura. Em outras palavras, se o regime democrático entregar bons resultados econômicos e sociais, é razoável aceitar a supressão da oposição (Canache, 2012, p. 16).

O segundo modelo apresentado mostra os efeitos em relação à participação política. Os resultados revelam que quanto mais complexo for o conceito de democracia, maior a probabilidade do indivíduo votar. A variável de protesto não é afetada pela complexidade da conceitualização, mas a probabilidade de uma pessoa ter participado de um protesto é maior se a visão de democracia do indivíduo incluir referência à participação, igualdade, estado de direito e/ou questões econômicas (Canache, 2012, p. 16). Em relação ao protesto ilegal, as definições envolvendo participação, igualdade, estado de direito e resultados econômicos correspondem com visões positivas dessa atividade de protesto.

Em resumo, os resultados enfatizam que a forma como as pessoas concebem a democracia—especialmente quando essas definições incluem liberdade, igualdade e participação—afeta significativamente suas atitudes e comportamentos políticos. Definições mais complexas e focadas na liberdade tendem a fortalecer o apoio à democracia, aumentar a probabilidade de votar e reduzir o apoio ao protesto ilegal.

Os estudos apresentados nesta seção exploram a relação das visões de democracia com a participação política, gerando insights valiosos no que diz respeito à maneira como esses fenômenos estão correlacionados. Em resumo, as pesquisas empíricas evidenciam que as concepções de democracia estão interligadas com os padrões de participação política.

O que resta explorar em maior profundidade é o contexto brasileiro. Embora os trabalhos de Canache (2012) e Cinar Bul Bul (2022) já lidem com o país em alguma medida, os dados são agregados e uma análise observando cada atividade política pode trazer mais detalhamento a esse fenômeno. Dito isso, o próximo capítulo expõe a metodologia utilizada para investigar a relação entre as visões de democracia e as diferentes modalidades de participação política dos brasileiros nos últimos anos.

3 DADOS E MÉTODOS

Esta seção tem como objetivo apontar os caminhos metodológicos escolhidos para a pesquisa. Sendo assim, a primeiro momento será apresentado o problema de pesquisa e as principais hipóteses, as quais visam compreender as conexões entre visões de democracia e padrões de participação política dos brasileiros.

A seguir, são abordados os detalhes sobre o material empírico, neste caso, oriundos do projeto *World Value Survey* de 2018. Serão apresentadas as principais variáveis, relativas às visões de democracia liberal, social e participacionista, e as variáveis de participação política tanto convencionais como não convencionais, demonstrando a maneira como cada uma foi tratada.

Por fim, a seção traz detalhes da regressão logística multivariada, técnica escolhida para analisar os dados. Nela é possível encontrar a maneira como os modelos foram organizados, bem como, quais os testes estatísticos feitos para avaliar a validade dos modelos.

3.1 PROBLEMA DE PESQUISA E HIPÓTESES

Essa dissertação procura contribuir para o entendimento das relações entre as visões de democracia compartilhadas pelos brasileiros e seus padrões de ativismo político, uma vez que, conforme demonstrado no referencial teórico deste trabalho, os correlatos das visões de democracia ainda necessitam de maior exploração, especialmente nos contextos latino-americano e brasileiro. Sendo assim, a pergunta que guiou esse estudo é: como as diferentes visões de democracia se relacionam com as diferentes modalidades de participação política?

Esta análise torna-se importante uma vez que o Brasil, assim como diversos países da América Latina, já passou por experiências autoritárias no passado, nas quais tanto o bom funcionamento das instituições democráticas como a participação política dos cidadãos foram afetadas. Tendo em vista que a redemocratização brasileira tem pouco mais de 30 anos, explorar elementos da legitimidade democrática e da participação política torna-se importante para compreender como os cidadãos se comportam na democracia. Além de oferecer insumos sobre a qualidade democrática do Brasil, uma vez que, segundo Moisés (2008) os estudos de adesão à democracia levam em consideração as percepções do desempenho das instituições, mas também a cultura política, que possui como um dos elementos a participação política.

Conforme já mostrado na revisão de literatura, a visão predominante entre os brasileiros é a liberal, a segunda é a social, e a terceira, mas com pouca consistência conforme os anos, é a participacionista (Borba et al 2023). A visão liberal é considerada uma concepção mais minimalista, uma vez que está muito relacionada a uma dimensão mais institucional da democracia. Já a social e a participacionista são consideradas visões maximalistas, haja vista que requerem elementos a mais como combate à desigualdade social e mais meios de participação do cidadão dentro da democracia.

Sendo assim, a primeira hipótese do trabalho consiste em entender as conexões entre uma visão mais minimalista da democracia, como a liberal, e a participação política:

H1: Os cidadãos que possuem uma visão liberal da democracia tendem a participar mais de modalidades convencionais, ou seja, aquelas relacionadas ao processo eleitoral como o voto, por possuírem uma visão menos abrangente da democracia;

Já a segunda hipótese consiste em compreender o relacionamento entre as visões maximalistas, como a social e a participacionista, e modalidades não eleitorais de ativismo:

H2: Os cidadãos que possuem uma visão social ou participacionista tendem a participar mais de modalidades não convencionais, como protesto, boicotes, greve e abaixo-assinados.

A partir das hipóteses propostas é possível compreender as relações entre as diferentes visões de democracia e os padrões de engajamento cívico dos brasileiros. O próximo passo é testar as hipóteses a partir de análises estatísticas com os dados do WVS.

3.2 MATERIAL EMPÍRICO

Este estudo adota uma abordagem quantitativa utilizando a base de dados do World Values Survey, uma pesquisa consolidada que monitora valores e comportamentos políticos ao redor do mundo. Os anos selecionados para análise no Brasil correspondem aos dados mais recentes da pesquisa, denominada Onda 7 do ano de 2018. O estudo inclui as variáveis necessárias para analisar as três principais visões de democracia — liberal, justiça social e participacionista —, bem como variáveis relacionadas à participação política dos brasileiros

A pesquisa do World Values Survey no Brasil teve como objetivo alcançar uma amostra representativa da população brasileira. Para o desenho da pesquisa, foram considerados 2000 indivíduos com mais de 16 anos, abrangendo todo o país, exceto áreas muito perigosas e remotas, que representavam menos de 0,05% da população total. Foi empregada uma amostragem probabilística em múltiplos estágios, resultando em um N final de 1762 indivíduos

cujas respostas foram válidas. A amostra foi estratificada por sexo, faixa etária, regiões do país, escolaridade e raça. Além disso, o questionário foi estruturado para coletar dados referentes aos valores e comportamentos políticos dos indivíduos, bem como dados sociodemográficos.

3.4 VARIÁVEIS DAS VISÕES DE DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

As variáveis de visões de democracia foram escolhidas tendo como base o estudo de Ferrín e Kriesi (2016) na Europa, e os de Gabriela Cardoso (2021) e Borba et al. (2023) do Brasil. Levando em consideração que os brasileiros podem possuir mais do que somente uma visão de democracia (Borba et al, 2023), foi construído um índice com cada visão, sendo elas a liberal, social e participacionista.

Desta maneira, para compor o índice da visão liberal foram consideradas as variáveis relacionadas ao aspecto eleitoral e de proteção de direitos e liberdades civis. As questões medem quão essencial o elemento em questão é para o regime democrático em uma escala de 1 a 10. Assim, para a visão liberal foram consideradas as variáveis: a) As pessoas podem escolher seus próprios líderes, b) Direitos civis protegem a liberdade das pessoas contra a opressão do Estado, c) As mulheres possuem os mesmos direitos que os homens.

Já no que diz respeito às variáveis de visão social foram consideradas aquelas relacionadas com aspectos sociais da democracia, que também medem quão essenciais são esses elementos para o regime democrático em uma escala de 1 a 10. As questões utilizadas foram: a) O governo taxar os ricos e subsidiar os pobres, b) As pessoas recebem auxílio estatal para o desemprego. Tanto as variáveis da visão liberal como a do social foram combinadas entre si e geradas um índice de 1 a 10 correspondendo a cada dimensão.

Já para a visão participacionista foram consideradas duas variáveis da bateria de questões sobre valores pós-materialistas. Nestas questões o indivíduo precisa escolher, dentre quatro opções, qual alternativa ele considera mais importante tendo em vista o objetivo coletivo da nação. Essa bateria é composta por duas questões com alternativas distintas, cada questão é apresentada duas vezes para que o indivíduo escolha a prioritária e a segunda mais importante.

Para os fins desta pesquisa, as variáveis escolhidas para analisar a adesão à visão participacionista dos brasileiros consistem na importância dada a) aumentar a participação das pessoas nas decisões que são tomadas em seu trabalho e em suas comunidades e, b) aumentar a participação das pessoas em decisões importantes do governo. A partir disso, as variáveis foram recodificadas, sendo atribuído dois pontos às escolhas dos itens em questão como

prioridade e um ponto quando escolhidos de maneira secundária. As demais escolhas foram codificadas como zero. A partir disso, as variáveis da visão participacionista foram combinadas e transformadas em uma escala de 1 a 10.

No que diz respeito às variáveis de participação política, foram escolhidas aquelas que a literatura indica como convencionais e não convencionais (Ribeiro e Borba, 2015a). Sendo assim, as variáveis consideradas na modalidade convencionais de participação política estão relacionadas com os aspectos institucionais da democracia, e as não-convencionais com uma participação mais contestatória.

Sendo assim, para medir o aspecto convencional da participação política foram escolhidas as variáveis de frequência de voto nas eleições municipais e nacionais e se já fez, faria ou nunca faria as seguintes atividades: contactar autoridades governamentais e doar para campanhas. Essas variáveis foram recodificadas de maneira binária, de forma que um (1) significa já fez, ou no caso do voto, se realiza essa atividade sempre, e o restante foi recodificado como zero (0).

Já para medir as atividades não convencionais, foram escolhidas as variáveis que medem se o indivíduo já fez, poderia fazer ou nunca faria: demonstrações pacíficas, como protesto, participaria de greve, participaria de boicote, e por fim, se assinaria um abaixo-assinado. Elas também foram recodificadas, sendo assim, um (1) significa já fez, e o restante significa zero (0). A bateria de perguntas do WVS sobre participação política é extensa e essas variáveis foram escolhidas por serem mais consistentes com a literatura de participação política.

Para operacionalizar as variáveis a serem utilizadas nos modelos estatísticos, foi realizada uma análise fatorial com as oito medidas, com o intuito de agrupá-las em dois fatores: convencional e não convencional.

TABELA 1 - ANÁLISE FATORIAL DAS VARIÁVEIS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Variável	Fator 1	Fator 2
Abaixo assinado	0.08	0.52
Boicote	-0.04	0.4
Protesto	0	0.69
Greve	-0.05	0.59
Doar para campanhas	0.05	0.35
Contactar autoridades	0.01	0.37
Voto local	0.89	0.01
Voto nacional	1	-0.01
RMSEA	0.062	
TLI	0.95	
Variância explicada (%)	41.64%	

Fonte: A autora (2025)

No entanto, as únicas variáveis que se agruparam de maneira consistente foram a de voto em eleições locais e nacionais. As demais variáveis de participação convencional - doar para campanhas e contactar autoridades oficiais - não se agruparam juntamente com o voto. Já a respeito das variáveis não convencionais, essas se agruparam no mesmo fator, no entanto, tiveram um coeficiente moderado entre 0,4 e 0,69. Por causa disso, foi decidido trabalhar com as variáveis de maneira solo, sem o agrupamento fatorial, com o objetivo de dar mais robustez às análises estatísticas.

O presente estudo emprega modelos multivariados, considerando as variáveis de participação política como dependentes, e as variáveis de visões de democracia como predictoras. É importante enfatizar, no entanto, que os dados observacionais permitem analisar detalhamento da relação entre essas variáveis e não a causalidade ou dependência/independência

Além disso, os modelos também consideram variáveis de controle. Essas variáveis foram escolhidas por serem identificadas pela literatura como condicionantes relevantes da participação política. O estudo de Verba, Schlozman e Brady (1995), que constrói o modelo de Voluntarismo Cívico, estabelece os recursos, o engajamento psicológico e o envolvimento em redes de recrutamento como condicionantes para a participação. Por isso, os modelos que propomos utilizam as seguintes variáveis de controle: escolaridade, sexo, renda, interesse político e participação em atividades de associativismo.

As variáveis de escolaridade, renda e interesse político foram utilizadas em uma escala contínua. No que diz respeito à educação, a pergunta mede o grau mais alto de escolaridade, sendo considerada uma escala de 0 a 10, na qual 0 é igual a educação infantil ou sem escolaridade e 8 se obtém doutorado.

Para a variável de renda, a questão pergunta em qual grupo de renda o indivíduo se localiza, sendo 1 o mais baixo e 10 o mais alto, considerando todos os salários da casa. O banco de dados também fornece uma variável recodificada na qual os diferentes níveis de renda são agrupados em baixo, médio e alto, correspondendo a 1, 2 e 3, respectivamente. Sendo assim, essa variável recodificada foi considerada para análise.

Já a variável de interesse político mede o quanto o indivíduo é interessado em política em uma escala na qual 1 corresponde à muito interessado e 4 nada interessado. Para os propósitos da análise, a escala foi recodificada para uma ordem crescente, sendo 1 nada interessado e 4 muito interessado. A variável que corresponde ao sexo foi recodificada de forma binária, na qual 1 corresponde ao sexo masculino, e 0 ao feminino.

Por fim, para compor a variável de associativismo foi realizada uma análise fatorial com a bateria de questões que mede se o indivíduo é um membro ativo, inativo ou não participa das associações citadas.

TABELA 2 - ANÁLISE FATORIAL DAS VARIÁVEIS DE ASSOCIATIVISMO

Variável	Fator 1
Igreja/ Org.Religiosa	0.21
Esporte	0.26
Arte/Música	0.37
Sindicato	0.17
Partidos Políticos	0.31
Org.Ambiental	0.36
Org. profissional	0.43
Org. humanitária/ Caridade	0.53
Org. Consumidores	0.31
Grupo de Autoajuda	0.49
Grupo de Mulheres	0.44
Outros	0.2
RMSEA	0.057
TLI	0.73
Variância explicada (%)	12.82%

Fonte: A autora (2025)

Conforme a Tabela 2 mostra, somente quatro variáveis se agruparam em um único fator acima de 0,4, sendo elas, associação de profissionais, organização humanitária ou caridade, grupo de autoajuda e grupo de mulheres. Assim, foram somadas, resultando no índice de associativismo.

3.3 MODELOS DE REGRESSÃO LOGÍSTICA

Com objetivo de analisar em que medida as visões de democracia podem condicionar a participação em diferentes modalidades, foi utilizada a técnica de regressão logística multivariada, haja vista que as variáveis dependentes são binárias. Essa técnica foi escolhida uma vez que fornece a probabilidade de participação de um indivíduo em uma determinada atividade, a partir das variáveis predictoras (Fernandes et al. 2020).

Para isso, foram construídos modelos separados para cada variável de participação política, incluindo as medidas de controle e cada visão de democracia individualmente. Além disso, foi desenvolvido um modelo combinado que incorporava as variáveis de controle e todas as visões de democracia simultaneamente, aplicado a cada variável de ativismo.

Os modelos foram criados através do Software R, haja vista que a ferramenta fornece uma série de pacotes estatísticos que tornam possível a realização de modelos e testes estatísticos.

No que diz respeito aos modelos, foram realizados testes para avaliar a validade de cada um, comparando-os à equivalentes nulos. Para a análise dos coeficientes foram considerados testes de significância e a análise do *deviance residual* e do *valor de p*, para entender se os preditores, de fato, melhoram o modelo de participação política. Esses testes podem ser conferidos no Apêndice Metodológico, ao final dessa dissertação.

Por fim, os resultados dos modelos foram apresentados em forma de *odds ratio*, apontando a significância de cada variável preditora. Para análise foi considerada a conversão de *odds ratio* em porcentagem, de modo que seja possível afirmar a probabilidade de a variável dependente acontecer em termos das variáveis preditoras.

4 VISÕES E COMPORTAMENTOS PARTICIPATIVOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar e discutir os resultados das análises sobre a relação entre as visões de democracia e as diferentes formas de participação política dos brasileiros.

Para isso, nas duas primeiras seções, serão apresentados os resultados dos modelos multivariados. A primeira é dedicada às modalidades convencionais de engajamento e a segunda focaliza a participação não convencional.

A terceira seção aborda as implicações teóricas e empíricas dos resultados apresentados, articulando com a revisão de literatura apresentada no trabalho, bem como averiguando os resultados para as hipóteses centrais do estudo.

Antes de apresentar essa discussão, segue uma breve descrição da distribuição das visões de democracia entre o público brasileiro:

TABELA 3 - MÉDIAS DAS VISÕES DE DEMOCRACIA

Visão	Média	Erro padrão
Liberal	7,07	0.07
Social	5,08	0.07
Participacionista	4,55	0.08

Fonte: World Values Survey (2017-2020)

No que diz respeito às visões de democracia analisadas, a TABELA 3 mostra que a visão liberal apresenta a maior média, com 7,07. A visão social ocupa o segundo lugar com 5,08, enquanto a participacionista fica em terceiro com 4,5. Esses resultados estão em consonância com os achados de Borba et al. (2023) e Gabriela Cardoso (2021), que, ao analisarem o banco de dados da World Values Survey (2017-2020), também constataram a predominância da visão liberal.

4.1 DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO CONVENCIONAL

Esta seção aborda os principais resultados dos modelos dedicados à participação política convencional, incluindo voto, doação para campanhas e contato com autoridades, nesta ordem. Como antecipamos no capítulo metodológico, primeiramente são apresentadas análises descritivas de cada variável de participação, por conseguinte, os resultados de três modelos para

cada modalidade, cada um deles incluindo como medida independente central uma visão de democracia, além dos controles. Adicionalmente, é apresentado um modelo contendo as três visões simultaneamente para cada modalidade.

A começar pela variável voto, é importante reforçar que essa consiste em uma medida dicotômica combinada de comparecimento nas eleições locais e municipais. Indivíduos que declaram ter votado em pelo menos uma são codificados como um (1) e aqueles que indicam não ter votado em nenhuma contam como zero (0).

Sendo assim, a TABELA 4 mostra que o comparecimento eleitoral apresenta alta frequência, com 73,9% dos brasileiros participando de pelo menos uma eleição. Esse dado confirma que essa atividade é comum no repertório dos brasileiros, especialmente considerando o contexto institucional de obrigatoriedade.

TABELA 4 - FREQUÊNCIA DA VARIÁVEL VOTO COMBINADA

	Frequência	Porcentagem (%)
Votou	1302	73.89
Não votou	460	26.11
Total	1762	100.00

Fonte: World Values Survey (2017-2020)

Ao analisar os modelos de regressão (TABELA 5), percebe-se que as únicas visões de democracia com efeitos significativos foram a liberal e a social. A cada aumento na escala de visão liberal, há um acréscimo de 12% na chance de votar, mostrando ser estatisticamente significativa. Enquanto, o acréscimo na escala da visão social aumenta em 5% na chance de votar, possuindo um efeito moderado no modelo. A visão participacionista, por sua vez, não teve efeitos estatisticamente relevantes.

O efeito significativo da visão liberal reforça um resultado esperado no que diz respeito à relação entre voto e uma visão mais institucionalizada da democracia, como apontam os estudos de Cinar e Bul Bul (2022), Canache (2012) e de Oser e Hoogue (2018). Contudo, é importante destacar que, embora Canache (2012) e Cinar e Bul Bul (2022) tratem da América Latina, esses estudos não abordam o caso brasileiro em mais profundidade. Assim, este achado amplia o entendimento sobre como a visão liberal se manifesta no contexto brasileiro, uma democracia jovem, da terceira onda da democratização e que ainda sofre efeitos de um passado autoritário.

TABELA 5 – COMPARAÇÃO DOS MODELOS DA VARIÁVEL VOTO

<i>Predictors</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>
Intercepto	1.83 ***	1.29 – 2.62	1.34	0.93 – 1.92	2.24 ***	1.59 – 3.16
Educação	1.07	1.00 – 1.14	1.04	0.97 – 1.11	1.07 *	1.00 – 1.15
Sexo	0.85	0.69 – 1.06	0.82	0.66 – 1.02	0.86	0.69 – 1.06
Interesse Político	1.19 **	1.07 – 1.32	1.14 *	1.02 – 1.27	1.21 ***	1.09 – 1.35
Associativismo	1.29 *	1.04 – 1.63	1.25 *	1.01 – 1.59	1.29 *	1.04 – 1.63
Renda	0.83 *	0.71 – 0.97	0.81 **	0.69 – 0.95	0.85 *	0.73 – 1.00
Visão Social	1.05 **	1.01 – 1.09				
Visão Liberal			1.12 ***	1.08 – 1.16		
Visão Participacionista					0.99	0.96 – 1.02
Observations	1762		1762		1762	
R ² Tjur	0.021		0.041		0.017	

* $p < 0.05$ ** $p < 0.01$ *** $p < 0.001$

Fonte: A autora (2025)

Nota: Os testes que validam os modelos podem ser encontrados no Apêndice Metodológico, nas tabelas A1, A2 e gráfico A1.

Em relação às variáveis de controle, essas possuem efeitos levemente distintos dentre os modelos. A medida educacional exerceu leve efeito no modelo participacionista, mas nenhum efeito nos demais. Este achado vai contra o que trabalhos na área de comparecimento eleitoral no Brasil abordam. Estudos de Borba (2008), Ribeiro, Borba e Silvia (2015), relatam que o nível de escolaridade tem uma relação significativa com o aumento nas chances de voto.

Para uma análise mais aprofundada, foi realizado um modelo de regressão utilizando apenas as variáveis de voto e educação, com o objetivo de entender seu impacto³. A medida de educação demonstrou ter um efeito moderado sobre o voto, aumentando em 9% a chance de votar. Assim, quando considerada isoladamente, a educação apresenta efeitos, conforme indicado por estudos da área. No entanto, ao ser combinada com outras variáveis, seu impacto é diluído com fatores que apresentam efeitos maiores como interesse político, renda e as próprias visões de democracia.

A variável de interesse político tem efeitos em todos os modelos de maneira distinta, sendo o mais significativo no modelo participacionista, uma vez que a cada acréscimo na sua escala eleva a chance de votar em 21%. No modelo social, o interesse político obteve um efeito moderado, aumentando em 19% a chance de votar. Enquanto no modelo liberal, a variável teve

³ Esse modelo pode ser encontrado no apêndice metodológico, Tabela A15.

efeito pouco relevante, embora, aumente em 14% a chance da ação. Este achado vai de encontro com os estudos de Verba, Schlozman e Brady (1995), os autores reforçam que um dos fatores que mais influenciam no voto é o interesse por política. Essa variável tem o poder de influenciar o engajamento cívico do cidadão em diversas modalidades de participação.

O nível de interesse político e escolaridade apresentam efeitos mais fortes no modelo participacionista em comparação aos outros modelos. Isso pode ser explicado pelo fato de que a visão participacionista tem um poder explicativo mais baixo, devido à sua média baixa. Assim, nas visões social e liberal, essas variáveis podem exercer um maior protagonismo.

No que diz respeito ao associativismo, ele apresenta poucos efeitos nos três modelos analisados. Já a variável sexo não teve efeitos estatisticamente significativos em nenhum dos modelos. Estudos como os de Ribeiro e Borba (2019) apontam que, em contextos de obrigatoriedade do voto, a variável sexo realmente não demonstra efeitos substanciais no comportamento eleitoral. No entanto, esses estudos destacam a relevância do associativismo no voto, sugerindo que a participação em organizações sociais pode ser um fator importante no momento do voto. Portanto, os resultados obtidos neste estudo não corroboram totalmente essas constatações, uma vez que o associativismo não apresentou o mesmo grau de relevância nos modelos analisados.

Já a renda afeta apenas timidamente, embora apresente efeito moderado no modelo liberal, aumentando em 81% a chance de votar. Conforme o estudo de Borba (2008), a renda apresenta efeitos relevantes para o voto, ao passo que um aumento na escala reduz a chance de não comparecimento eleitoral. Sendo assim, os dados deste trabalho corroboram, de certa forma, com essa vertente, embora os efeitos sejam menores.

A TABELA 6 apresenta os resultados do modelo que combina as três visões de maneira simultânea e indica que somente a visão liberal reteve seus efeitos significativos. A cada acréscimo na escala da visão liberal, há um aumento de 13% na chance de votar.

TABELA 6 - MODELO VOTO COM TODAS AS VISÕES DE DEMOCRACIA SIMULTANEAMENTE

<i>Predictors</i>	Voto	
	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>
Intercepto	1.43	0.99 – 2.07
Educação	1.05	0.98 – 1.12
Sexo	0.81	0.65 – 1.01
Interesse Político	1.15 *	1.03 – 1.29
Associativismo	1.25	1.01 – 1.58
Renda	0.82 *	0.69 – 0.96
Visão Social	0.98	0.94 – 1.03
Visão Liberal	1.13 ***	1.09 – 1.18
Visão Participacionista	0.98	0.94 – 1.01
Observations	1762	
R ² Tjur	0.042	

* $p < 0.05$ ** $p < 0.01$ *** $p < 0.001$

Fonte: A autora (2025)

Nota: Os testes que validam o modelo podem ser encontrados no Apêndice Metodológico, nas tabelas A1, A2

Este achado está em consonância com os estudos de Cinar e BulBul (2022), Canache (2012) na América Latina, e de Oser e Hoogue (2018), na Europa, que relatam que uma concepção mais liberal da democracia tem relação positiva com o voto.

Esse efeito é esperado, pois o voto está diretamente ligado ao processo representativo, essencial para uma visão liberal da democracia. Eleições livres e justas são pilares do pensamento democrático contemporâneo, como destacado nas contribuições de Schumpeter e Dahl. Sendo assim, esse dado confirma parte da primeira hipótese deste trabalho: uma visão minimalista está relacionada com uma das medidas de participação convencional.

No que diz respeito à variável de doação para um grupo ou campanha (TABELA 7), observa-se uma baixa taxa de participação, com cerca de 62,8% dos brasileiros não realizando essa atividade. Esse resultado pode ser esperado haja vista que a doação para campanhas implica na necessidade de um recurso fundamental como o dinheiro. Sendo assim, considerando uma sociedade com distribuição de renda desigual é possível esperar que boa parte dos cidadãos não engajem nesse tipo de atividade mais custosa.

TABELA 7 - FREQUÊNCIA DA VARIÁVEL DOAR PARA GRUPOS OU CAMPANHAS

	Frequência	Porcentagem (%)
Não doou	1107	62.83
Doou	655	37.17
Total	1762	100.00

Fonte: World Values Survey (2017-2020)

Os três modelos (TABELA 8) mostram que nenhuma das visões teve efeito significativo na probabilidade de participação dessa atividade. Isso pode ocorrer uma vez que a atividade de doar para campanhas têm uma baixa frequência, sendo assim, os efeitos das visões podem não ser observados.

TABELA 8 – COMPARAÇÃO DOS MODELOS DA DOAÇÃO PARA CAMPANHAS

<i>Predictors</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>
Intercepto	0.33 ***	0.24 – 0.46	0.28 ***	0.20 – 0.40	0.32 ***	0.23 – 0.44
Educação	1.09 **	1.03 – 1.16	1.09 **	1.02 – 1.15	1.09 **	1.03 – 1.16
Sexo	0.67 ***	0.55 – 0.82	0.66 ***	0.54 – 0.81	0.68 ***	0.55 – 0.83
Interesse Político	1.18 ***	1.07 – 1.30	1.16 **	1.06 – 1.28	1.17 **	1.06 – 1.29
Associativismo	1.49 ***	1.25 – 1.78	1.48 ***	1.24 – 1.76	1.49 ***	1.26 – 1.78
Renda	1.05	0.91 – 1.22	1.04	0.90 – 1.20	1.05	0.90 – 1.21
Visão Social	1.00	0.97 – 1.03				
Visão Liberal			1.03	1.00 – 1.07		
Visão Participacionista					1.02	0.99 – 1.05
Observations	1762		1762		1762	
R ² Tjur	0.041		0.043		0.042	

* $p < 0.05$ ** $p < 0.01$ *** $p < 0.001$

Fonte: A autora (2025)

Em contrapartida, praticamente todas as variáveis de controle demonstraram efeitos significativos nos três modelos, com exceção da variável de renda. Nos três modelos, a cada acréscimo na escala de educação, há um aumento de 9% na chance de doar para campanhas, com efeitos moderados nos modelos. No modelo de voluntariado cívico proposto por Verba, Schlozman e Brady (1995), a educação se mostra como um grande preditor da participação

política, haja vista que aumenta as habilidades cognitivas e cívicas do cidadão durante a vida, portanto, o resultado está em consonância com os estudos da área.

O interesse político demonstrou impactos variados nos modelos, tendo efeitos relevantes no modelo social. A cada elevação na escala, há um aumento de 18% na chance de doar para campanhas. Já, nos modelos liberal e participacionista teve efeitos moderados, aumentando em 16% a chance de participar dessa atividade no modelo liberal e 17% no modelo participacionista. Mesmo com as diferenças de efeitos dentre os modelos, o interesse político é uma variável relevante para doação em campanhas, o que também corrobora com os achados de Verba, Schlozman e Brady (1995). Uma vez que esse interesse é um dos principais elementos, que gera engajamento, permitindo que as pessoas participem da política.

Sobre a variável de associativismo, essa foi consistente nos três modelos, aumentando em 49% a probabilidade em doar para campanhas nos modelos social e participacionista, e 48% no modelo liberal. Esse dado é interessante à medida que reforça o que Verba, Schlozman e Brady (1995) relatam sobre a importância de redes de recrutamento para a participação política, já que tais redes facilitam discussões políticas que podem gerar engajamento. Neste caso, a participação em atividades de associativismo demonstra ser um importante preditor para a atividade de doar para campanhas.

A variável sexo é estatisticamente relevante nos três modelos. Ser homem aumenta em 68% a chance de doar para campanhas no modelo participacionista, 66% no modelo liberal e 66% no modelo social. Esse achado pode indicar uma relação presente na forma como homens e mulheres têm acesso aos recursos que condicionam a participação. Nos estudos de Verba, Schlozman e Brady (1995), os autores explicam que o dinheiro é mais estratificado do que outras formas de recurso. Como a doação para campanhas está ligada a esse recurso, essa relação pode refletir desigualdades no acesso a recursos financeiros entre homens e mulheres.

Ao contrário dos modelos com as visões de democracia isoladas, ao comparar os efeitos das visões combinadas simultaneamente (Tabela 9), observa-se que a visão liberal possui efeito, embora pequeno, apresentando um aumento de 4% na chance de doar para campanhas eleitorais. Sendo assim, a visão liberal se confirma como a única que possui algum efeito nessa atividade.

Essa ausência de efeitos nos modelos, além do pequeno impacto da visão liberal, pode ser explicada pela baixa frequência dessa atividade, o que dificulta a identificação de relações com as visões de democracia. Assim, apesar do efeito limitado da visão liberal, pode-se observar uma leve tendência de que uma atividade convencional como essa esteja associada a

uma visão minimalista da democracia. Esse resultado sugere uma confirmação parcial da primeira hipótese deste trabalho.

TABELA 9 - MODELO DOAÇÃO PARA CAMPANHAS COM TODAS AS VISÕES DE DEMOCRACIA

<i>Predictors</i>	Doação para campanhas	
	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>
Intercepto	0.28 ***	0.20 – 0.40
Educação	1.08 *	1.02 – 1.15
Sexo	0.67 ***	0.54 – 0.81
Interesse Político	1.16 **	1.05 – 1.28
Associativismo	1.48 ***	1.24 – 1.76
Renda	1.04	0.90 – 1.21
Visão Social	0.98	0.94 – 1.02
Visão Liberal	1.04 *	1.00 – 1.08
Visão Participacionista	1.01	0.99 – 1.04
Observations	1762	
R ² Tjur	0.044	

* $p < 0.05$ ** $p < 0.01$ *** $p < 0.001$

Fonte: A autora (2025)

Nota: Os testes que validam o modelo podem ser encontrados no Apêndice Metodológico, nas tabelas A3, A4

Por fim, a respeito da última variável de participação política convencional, contactar autoridades governamentais, a análise descritiva (TABELA 10) também mostra baixíssimo nível de participação, ao passo que quase 90% dos brasileiros não realizaram essa atividade. Esse dado pode refletir o contexto de baixa confiança nas instituições como partidos políticos, apontado por estudos como o de Moisés (2005), que pode inibir a participação do cidadão em atividades que necessitam de mais tempo como essas (Verba, Schlozman e Brady, 1995).

TABELA 10 - FREQUÊNCIA DA VARIÁVEL CONTACTAR AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS

	Frequência	Porcentagem (%)
Não contactou	1550	87.97
Contactou	212	12.03
Total	1762	100.00

Fonte: World Values Survey (2017-2020)

Os modelos também não demonstraram efeitos significativos das visões de democracia (TABELA 11). Novamente, a ausência desses efeitos pode ser explicada pela baixa frequência dessa atividade.

Em contrapartida, os efeitos das variáveis de controle foram bem similares nos três modelos. Ao passo que a variável de educação demonstrou efeito significativo tanto no modelo social como no liberal, aumentando em 16% na chance de contactar uma autoridade governamental. Enquanto no modelo da visão participacionista, tem efeito moderado, mas ainda assim, a cada elevação no nível de escolaridade, aumenta em 15% a chance de realizar essa ação. Esse dado contribui com a ideia de que o nível de escolaridade tem uma alta predição na participação política, haja vista que ensina as habilidades cognitivas necessárias para participação, como Verba, Schlozman e Brady (1995) afirmam.

As variáveis de interesse político e associativismo, por sua vez, demonstram efeitos significativos em todos os modelos. A medida de interesse político aumenta 31% na chance de contactar políticos nos modelos liberal e participacionista, já no modelo social eleva a chance dessa atividade em 32%. A variável de associativismo aumenta em mais de 58% na chance de contactar autoridades em todos os modelos. Essas variáveis são fundamentais para a participação política conforme Verba, Schlozman e Brady (1995) explicam, bem como trabalhos de Ribeiro e Borba (2015a) que relatam a importância desses fatores como condicionantes da participação política no contexto da América Latina.

TABELA 11 – COMPARAÇÃO ENTRE OS TRÊS MODELOS DA VARIÁVEL CONTACTAR AUTORIDADES

<i>Predictors</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>
Intercepto	0.03 ***	0.02 – 0.06	0.03 ***	0.02 – 0.06	0.03 ***	0.02 – 0.05
Educação	1.16 ***	1.07 – 1.26	1.16 ***	1.06 – 1.26	1.15 **	1.05 – 1.25
Sexo	1.08	0.80 – 1.45	1.07	0.79 – 1.44	1.09	0.81 – 1.47
Interesse Político	1.32 ***	1.15 – 1.52	1.31 ***	1.14 – 1.52	1.31 ***	1.13 – 1.51
Associativismo	1.59 ***	1.30 – 1.92	1.58 ***	1.29 – 1.92	1.59 ***	1.31 – 1.94
Renda	1.10	0.88 – 1.37	1.10	0.88 – 1.37	1.09	0.87 – 1.37
Visão Social	1.01	0.96 – 1.06				
Visão Liberal			1.02	0.97 – 1.07		
Visão Participacionista					1.04	0.99 – 1.08
Observations	1762		1762		1762	
R ² Tjur	0.050		0.050		0.052	

* $p < 0.05$ ** $p < 0.01$ *** $p < 0.001$

Fonte: A autora (2025)

Nota: Os testes que validam os modelos podem ser encontrados no Apêndice Metodológico nas tabelas A5, A6 e gráfico A3.

Por fim, o modelo final que combina todas as variáveis de visões de democracia (TABELA 12), confirma que nenhuma visão teve efeito significativo no modelo, bem como reforça os efeitos das variáveis de controle como educação, interesse político e associativismo. Embora nenhuma das visões tiveram efeitos, nos testes estatísticos, o modelo participacionista demonstrou ser o modelo com melhor ajuste⁴.

Diante disso, devido a baixíssima frequência dessa atividade dentre os brasileiros, há mais dificuldade em observar os efeitos das visões de democracia. Sendo assim, não é possível confirmar a hipótese de que uma visão liberal estaria associada a essa medida de participação convencional.

⁴Três testes estatísticos foram realizados para verificar a validade dos modelos, e seus detalhes podem ser encontrados no apêndice metodológico.

TABELA 12 - MODELO CONTATO COM AUTORIDADE COM TODAS AS VISÕES DE DEMOCRACIA SIMULTANEAMENTE

<i>Predictors</i>	Contactar Autoridades	
	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>
Intercepto	0.03 ***	0.02 – 0.05
Educação	1.14 **	1.05 – 1.25
Sexo	1.09	0.80 – 1.47
Interesse Político	1.30 ***	1.13 – 1.50
Associativismo	1.59 ***	1.30 – 1.93
Renda	1.09	0.87 – 1.36
Visão Social	1.00	0.94 – 1.05
Visão Liberal	1.02	0.96 – 1.08
Visão Participacionista	1.04	0.99 – 1.08
Observations	1762	
R ² Tjur	0.052	

* $p < 0.05$ ** $p < 0.01$ *** $p < 0.001$

Fonte: A autora (2025)

Analisando de maneira geral as medidas de participação convencional, a visão liberal tem efeitos significativos no modelo de voto e algum efeito na variável de doação para campanhas. Desse modo, é possível afirmar que a primeira hipótese parcialmente se confirma: de fato há uma predominância da visão liberal, especialmente, nas variáveis mais relacionadas ao processo eleitoral. É necessário salientar os limites de mensuração das variáveis de doação para campanhas e contato com autoridades, tendo em vista a baixa frequência observada em ambas.

Este achado corrobora os estudos de Cinar e Bubul (2022), Canache (2012) e Oser e Hoogue (2018), que destacam a forte conexão entre a visão liberal, de caráter minimalista, e atividades convencionais de participação política. Essa relação se explica pelo fato de a concepção liberal estar centrada no processo eleitoral e na representação política, o que torna atividades como o voto, doação para campanhas e contatos com autoridades governamentais especialmente relevantes dentro dessa perspectiva. Sendo assim, este achado contribui de maneira relevante para a compreensão mais aprofundada da realidade brasileira, haja vista que os estudos citados são a respeito da Europa ou analisam a América Latina de maneira agregada.

Além disso, no que diz respeito aos condicionantes para a participação política, como a educação, interesse político e associativismo, esses se confirmam nos modelos de participação

convencional, o que está em consonância com os estudos de Verba, Scholmanz e Brady (1995) a respeito dos preditores da participação.

4.2 DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO NÃO CONVENCIONAL

Esta seção apresenta os resultados das modalidades de participação não convencional, como abaixo-assinados, protestos, boicotes e greves, explorando suas relações com as três visões de democracia. Assim como na seção anterior, são apresentadas análises descritivas de cada variável, modelos em que cada variável dependente tem como preditores as três visões separadas e, por fim, um modelo que integra todas as visões de maneira simultânea.

A respeito das variáveis de participação não convencional, também se observa um baixo nível de participação. No caso da variável abaixo-assinado (TABELA 13), há um certo equilíbrio, já que pelo menos 46,2% dos brasileiros declararam ter realizado essa atividade. Esse resultado pode ser explicado pelo fato de que essa forma de participação geralmente exige menos recursos, como dinheiro ou tempo, tornando-se mais acessível (Verba, Scholzman e Brady, 1995).

TABELA 13 - FREQUÊNCIA DA VARIÁVEL ABAIXO-ASSINADO

	Frequência	Porcentagem (%)
Não assinou	947	53.75
Assinou	815	46.25
Total	1762	100.00

Fonte: World Values Survey (2017-2020)

Os modelos de regressão (TABELA 14) mostram que a visão liberal teve efeito significativo, a cada elevação na escala da visão liberal, há um acréscimo de 11% na chance de participação em abaixo-assinados. Além disso, a visão participacionista teve efeito moderado, aumentando em 4% a chance de participar dessa atividade, esse efeito pode ser explicado pelos elementos que compõem a visão participacionista, uma vez que cidadãos com essa visão desejam uma participação mais ativa em questões do governo e da comunidade e o abaixo-assinado pode ser uma ferramenta viável.

TABELA 14 - COMPARAÇÃO ENTRE OS TRÊS MODELOS DA VARIÁVEL ABAIXO-ASSINADO

<i>Predictors</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>
Intercepto	0.19 ***	0.14 – 0.27	0.12 ***	0.08 – 0.17	0.18 ***	0.13 – 0.25
Educação	1.25 ***	1.17 – 1.33	1.22 ***	1.15 – 1.30	1.23 ***	1.16 – 1.31
Sexo	1.03	0.84 – 1.26	0.99	0.81 – 1.21	1.04	0.86 – 1.27
Interesse Político	1.33 ***	1.21 – 1.46	1.28 ***	1.17 – 1.41	1.31 ***	1.19 – 1.45
Associativismo	1.41 ***	1.18 – 1.69	1.38 ***	1.15 – 1.67	1.41 ***	1.18 – 1.70
Renda	1.10	0.95 – 1.27	1.08	0.93 – 1.25	1.09	0.94 – 1.26
Visão Social	1.02	0.98 – 1.05				
Visão Liberal			1.11 ***	1.08 – 1.15		
Visão Participacionista					1.04 **	1.01 – 1.07
Observations	1762		1762		1762	
R ² Tjur	0.084		0.103		0.087	

* $p < 0.05$ ** $p < 0.01$ *** $p < 0.001$

Fonte: A autora (2025)

Nota: Os testes que validam os modelos podem ser encontrados no Apêndice Metodológico nas tabelas A7, A8 e gráfico A4.

Os resultados são interessantes uma vez que corroboram em parte com os estudos de Oser e Hoogue (2018) na Europa. O estudo mostra que visões redistributivas da democracia possuem pouca relação com modalidades de participação não convencional na Europa, e a visão liberal seria a mais consistente dentre os dois tipos de participação. Mas ao mesmo tempo, ao analisar os modelos, a visão participacionista também demonstrou efeitos, embora moderados, o que pode sugerir que visões maximalistas como a participacionista tenham alguma relação com a participação não convencional.

Por outro lado, este dado não corrobora com os achados de Cinar e Bul Bul (2022) que estudam países de maneira agregada, inclusive o Brasil, e encontram uma relação mais consistente entre a visão social e a participação não convencional. Essa discrepância pode indicar que, ao analisar os países individualmente, surgem nuances específicas que são diluídas em estudos comparativos mais amplos.

No que diz respeito às variáveis de controle, as que tiveram efeitos significativos nos três modelos foram a de educação, interesse político e associativismo. Um aumento no nível de escolaridade eleva em 25% na chance de participar de abaixo-assinados no modelo social, 22% no modelo liberal e 23% no modelo participacionista. Novamente, esse achado está em consonância com diversos estudos sobre participação política, na qual a educação tem um papel fundamental como condicionante no ativismo político dos cidadãos.

Já um acréscimo na escala de interesse político aumenta a chance de participar em abaixo-assinados em 33% no modelo social, 28% no modelo liberal, e 31% no modelo participacionista. Por fim, a medida de associativismo eleva a chance de participação em abaixo-assinado em 41%, no modelo social, em 38 % no liberal e 41% no participacionista.

Esses achados também corroboram com os estudos de Verba, Schlozman e Brady (1995), que apontam a importância do interesse político e de redes de recrutamento, como associações, para o aumento do engajamento cívico dos indivíduos.

No modelo que une as três visões de democracia (TABELA 15) a visão liberal se confirma dentre as visões com mais efeito, a cada elevação na escala da visão liberal, há um aumento de 13% na chance de participação. No entanto, a visão social e participacionista também demonstraram algum efeito. A visão social parece diminuir em 4% a chance de participar do abaixo-assinado, com pouco efeito no modelo. Nesse caso, a presença das variáveis da visão liberal e participacionista pode ter afetado o desempenho da variável social, que, ao ser comparada com variáveis mais fortes, pode ter seu efeito invertido. Além disso, a visão participacionista aumenta em 4% a chance de participação no abaixo-assinado, mas, novamente, com pouco efeito significativo. O efeito dessa visão diminuiu em comparação com o modelo solo participacionista, então, pode-se supor que o efeito da visão liberal foi mais forte, diluindo seus efeitos no modelo simultâneo.

TABELA 15 - MODELO DO ABAIXO-ASSINADO COM TODAS AS VISÕES DE DEMOCRACIA SIMULTANEAMENTE

<i>Predictors</i>	Abaixo Assinado	
	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>
Intercepto	0.11 ***	0.08 – 0.17
Educação	1.21 ***	1.14 – 1.29
Sexo	1.00	0.82 – 1.22
Interesse Político	1.27 ***	1.15 – 1.40
Associativismo	1.38 ***	1.15 – 1.67
Renda	1.07	0.93 – 1.25
Visão Social	0.96 *	0.92 – 0.99
Visão Liberal	1.13 ***	1.09 – 1.18
Visão Participacionista	1.04 *	1.01 – 1.07
Observations	1762	
R ² Tjur	0.109	

* $p < 0.05$ ** $p < 0.01$ *** $p < 0.001$

Fonte: A autora (2025)

Nota: Os testes que validam o modelo podem ser encontrados no Apêndice Metodológico, nas tabelas A7, A8

Sendo assim, esse modelo reforça os efeitos da visão liberal e não confirma a segunda hipótese deste trabalho, visto que nenhuma visão maximalista da democracia, seja social ou participacionista, apresentou efeitos relevantes nos modelos. Esse achado está em consonância com o que Oser e Hoogue (2018) observaram na Europa e, agora, também no Brasil: a visão liberal demonstra efeitos significativos não apenas em medidas de participação convencional, mas também em não convencionais. Isso pode indicar que práticas como abaixo-assinados estão se tornando mais naturalizadas no repertório de participação dos cidadãos, uma vez que possuem relação com uma visão mais minimalista da democracia.

Sobre o protesto, nota-se uma baixa frequência, uma vez que somente 20,9% dos brasileiros afirmam ter participado dessa atividade (TABELA 16). Esse dado está em consonância com o estudo de Ribeiro e Borba (2015b) sobre protestos na América Latina entre os anos de 1995 e 2007. Ao observar o Brasil, percebe-se uma taxa de participação semelhante à apresentada neste trabalho, o que pode indicar que o nível de engajamento em protestos não sofreu mudanças expressivas ao longo do tempo.

TABELA 16 - FREQUÊNCIA DA VARIÁVEL PROTESTO

	Frequência	Porcentagem (%)
Não protestou	1393	79.06
Protestou	396	20.94
Total	1762	100.00

Fonte: World ValueS Survey (2017-2020)

Ao analisar os modelos (TABELA 17), a visão com efeito significativo também foi a liberal. A cada elevação na escala de visão liberal, há um aumento de 14% na chance de protestar. As visões social e participacionista, por sua vez, não obtiveram efeitos no modelo. Esse resultado colabora com os achados de Oser e Hoogue (2018) na Europa, indicando que de fato a visão liberal parece ser a mais consistente tanto entre as modalidades convencionais como não convencionais no Brasil também.

Conforme os outros modelos apresentados, as variáveis de controle que mais tiveram efeitos foram a de educação, interesse político e associativismo, colaborando com os estudos de Verba, Brady e Schlozman (1995).

Sendo assim, no modelo social, o nível de escolaridade aumenta a probabilidade de participar de um protesto em 39%. No modelo liberal, a chance aumenta em 36%, e por fim, no modelo participacionista, a educação aumenta em 37% a chance de um indivíduo protestar. Contudo, o estudo de Ribeiro e Borba (2015b), ao analisar os condicionantes de modalidades não convencionais na América Latina entre 1995 e 2007, identificou que a escolaridade não apresentou efeitos significativos no caso do Brasil. Esse achado pode sugerir uma mudança na percepção e no engajamento em protestos no contexto brasileiro ao longo do tempo.

O interesse político, por sua vez, eleva de maneira significativa a probabilidade de participar dessa atividade, ao passo que no modelo social aumenta em 59% a chance de um indivíduo protestar, no liberal eleva em 55% e no participacionista, 58%. Esse dado está de acordo com os achados de Ribeiro e Borba (2015b) sobre os condicionantes do protesto, que também encontraram significância do interesse político.

TABELA 17 - COMPARAÇÃO DOS TRÊS MODELOS DE PROTESTO

<i>Predictors</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>
Intercepto	0.03 ***	0.02 – 0.04	0.01 ***	0.01 – 0.02	0.02 ***	0.02 – 0.04
Educação	1.39 ***	1.29 – 1.49	1.36 ***	1.27 – 1.47	1.37 ***	1.28 – 1.48
Sexo	1.10	0.86 – 1.42	1.06	0.82 – 1.36	1.11	0.87 – 1.43
Interesse Político	1.59 ***	1.41 – 1.79	1.55 ***	1.37 – 1.75	1.58 ***	1.40 – 1.78
Associativismo	1.35 **	1.12 – 1.63	1.33 **	1.10 – 1.60	1.36 **	1.12 – 1.64
Renda	1.06	0.88 – 1.28	1.04	0.86 – 1.26	1.05	0.88 – 1.27
Visão Social	1.02	0.97 – 1.06				
Visão Liberal			1.14 ***	1.09 – 1.20		
Visão Participacionista					1.04	1.00 – 1.08
Observations	1762		1762		1762	
R ² Tjur	0.133		0.149		0.134	

p<0.05 **p<0.01 *p<0.001*

Fonte: A autora (2025)

Nota: Os testes que validam os modelos podem ser encontrados no apêndice metodológico nas tabelas A9, A10 e gráfico A5.

Ao analisar o modelo que combina todas as variáveis de visões de democracia (TABELA 18), percebe-se que a visão liberal se consolida com maior efeito no modelo, aumentando em 16% a chance de um indivíduo protestar.

Assim como na variável de abaixo-assinado, esse resultado em relação ao protesto também vai contra a hipótese de que modalidades não convencionais de participação estariam mais relacionadas com visões maximalistas de democracia. Esse resultado vai novamente de encontro aos achados de Oser e Hoogue (2018) no contexto europeu.

TABELA 18 - MODELO DO PROTESTO COM TODAS AS VISÕES DE DEMOCRACIA SIMULTANEAMENTE

<i>Predictors</i>	Protesto	
	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>
Intercepto	0.01 ***	0.01 – 0.02
Educação	1.35 ***	1.26 – 1.46
Sexo	1.06	0.82 – 1.36
Interesse Político	1.54 ***	1.36 – 1.74
Associativismo	1.33 **	1.09 – 1.61
Renda	1.04	0.86 – 1.26
Visão Social	0.96	0.92 – 1.01
Visão Liberal	1.16 ***	1.10 – 1.22
Visão Participacionista	1.03	0.99 – 1.07
Observations	1762	
R ² Tjur	0.152	

* $p < 0.05$ ** $p < 0.01$ *** $p < 0.001$

Fonte: A autora (2025)

Nota: Os testes que validam o modelo podem ser encontrados no Apêndice Metodológico nas tabelas A9, A10

A respeito da variável de boicote (TABELA 19), esta apresenta baixíssimos níveis de participação, uma vez que somente 6,8% dos brasileiros afirmaram terem realizado a atividade. Esse resultado está alinhado com os achados de Ribeiro e Borba (2015), que analisaram os dados do Latinobarômetro de 2004 e identificaram níveis de participação semelhantes nessa modalidade de engajamento.

TABELA 19 - FREQUÊNCIA DA VARIÁVEL BOICOTE

	Frequência	Porcentagem (%)
Não participou	1641	93.13
Participou	121	6.87
Total	1762	100.00

Fonte: World Value Survey (2017-2020)

Na TABELA 20, que mostra os modelos, a única visão que apresenta efeito moderado é a liberal, que aumenta a probabilidade de participação em 12%. Juntamente com os resultados das variáveis de abaixo-assinado e protesto, a visão liberal também apresenta efeitos na variável boicote, corroborando com os achados de Oser e Hoogue (2018) na Europa.

Seguindo o padrão dos demais modelos já analisados, as variáveis de controle que possuem efeitos significativos são a de educação, interesse político e associativismo. A escolaridade aumenta em 27% a chance de participar em boicotes no modelo social, e em 25% nos modelos liberal e participacionista.

O interesse político, por sua vez, demonstra efeitos significativos nos modelos de visões social e participacionista, nos quais nenhuma das visões demonstraram efeitos, aumentando em 38% e 37% a chance de participação nas atividades, respectivamente. No entanto, possui efeito moderado no modelo liberal, aumentando em 35% a chance de participação na atividade. Indicando que os efeitos do interesse político diminuem na presença da variável da visão liberal.

A variável de associativismo demonstra efeitos, embora moderados, e aumenta a probabilidade em participar de boicotes, sendo 46% no modelo social, 44% no modelo liberal, e 47% no modelo participacionista.

Os efeitos relevantes das variáveis de controle reforçam os estudos como de Verba, Brady e Schlozman (1995) que abordam sobre a importância da educação, interesse político e redes de recrutamento para o aumento do ativismo político do cidadão. Por outro lado, as variáveis sexo e renda não apresentaram efeitos significativos, o que pode indicar que, em determinados contextos, essas características desempenham papéis mais periféricos como condicionantes da participação política.

TABELA 20 - COMPARAÇÃO DOS TRÊS MODELOS DA VARIÁVEL BOICOTE

<i>Predictors</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>
Intercepto	0.01 ***	0.00 – 0.02	0.01 ***	0.00 – 0.01	0.01 ***	0.00 – 0.02
Educação	1.27 ***	1.15 – 1.41	1.25 ***	1.13 – 1.39	1.25 ***	1.13 – 1.39
Sexo	1.36	0.93 – 2.01	1.31	0.89 – 1.93	1.38	0.94 – 2.03
Interesse Político	1.38 ***	1.15 – 1.66	1.35 **	1.13 – 1.63	1.37 ***	1.14 – 1.65
Associativismo	1.46 **	1.14 – 1.85	1.44 **	1.11 – 1.82	1.47 **	1.14 – 1.86
Renda	1.13	0.85 – 1.51	1.12	0.83 – 1.50	1.12	0.84 – 1.51
Visão Social	1.05	0.98 – 1.12				
Visão Liberal			1.12 **	1.03 – 1.22		
Visão Participacionista					1.06	1.00 – 1.12
Observations	1762		1762		1762	
R ² Tjur	0.050		0.057		0.053	

* $p < 0.05$ ** $p < 0.01$ *** $p < 0.001$

Fonte: A autora (2025)

Nota: Os testes que validam os modelos podem ser encontrados no Apêndice Metodológico nas tabelas A11, A12 e gráfico A6

Enfim, o modelo que combina todas as visões de democracia com a variável boicote (TABELA 21) confirma que a visão liberal é a única com efeitos, embora pouco significativos. Novamente, esse achado segue o padrão observado nas variáveis de participação não convencional, como abaixo-assinado e protesto. Assim, a segunda hipótese deste trabalho não se confirma nesses casos, uma vez que a visão liberal se sobressai dentre as demais.

No caso da variável boicote, como mostrado na TABELA 19, a visão liberal apresenta um efeito menor em comparação com outras variáveis de participação não convencional analisadas. Esse menor efeito observado pode ser em decorrência da baixa frequência dessa atividade entre os brasileiros.

TABELA 21 - MODELO DA VARIÁVEL BOICOTE COM TODAS AS VISÕES DE DEMOCRACIA SIMULTANEAMENTE

<i>Predictors</i>	Boicote	
	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>
Intercepto	0.00 ***	0.00 – 0.01
Educação	1.24 ***	1.11 – 1.38
Sexo	1.34	0.91 – 1.98
Interesse Político	1.34 **	1.11 – 1.61
Associativismo	1.45 **	1.12 – 1.83
Renda	1.11	0.83 – 1.49
Visão Social	1.01	0.94 – 1.09
Visão Liberal	1.11 *	1.02 – 1.21
Visão Participacionista	1.05	0.99 – 1.11
Observations	1762	
R ² Tjur	0.060	

* $p < 0.05$ ** $p < 0.01$ *** $p < 0.001$

Fonte: A autora (2025)

Nota: Os testes que validam o modelo podem ser encontrados no Apêndice Metodológico, nas tabelas A11, A12

Por fim, quanto à variável greve, observa-se que apenas 18,4% dos brasileiros participaram dessa atividade (TABELA 22). A baixa participação pode estar associada à necessidade de recursos específicos, como tempo e interesse político. Além disso, possíveis repercussões no ambiente de trabalho podem desestimular os indivíduos a se engajarem em greves, reforçando sua baixa frequência.

TABELA 22 - FREQUÊNCIA DA VARIÁVEL GREVE

	Frequência	Porcentagem (%)
Não participou	1438	81.61
Participou	324	18.39
Total	1762	100.00

Fonte: World Value Survey (2017-2020)

Na TABELA 23, nota-se que visão social foi a única com efeito significativo, ao passo que a cada acréscimo na escala da visão social, aumenta em 8% a chance de um indivíduo

participar de uma greve. A visão participacionista também teve efeito, embora pouco significativo, aumentando em 4% a chance de participar da atividade.

Sendo assim, a variável greve foi a única dentre todas da modalidade de participação não convencional a confirmar os efeitos de visões maximalistas. Somente este achado a respeito da variável greve está em consonância com os estudos de Cinar e Bul Bul (2022), que afirma que uma visão redistributiva, ou neste caso, social, estaria mais relacionada às atividades não convencionais. Além disso, o modelo também apresenta efeitos da visão participacionista, confirmando em parte a segunda hipótese deste trabalho, na qual visões maximalistas estariam relacionadas com uma participação não convencional.

Essa exceção pode ser explicada uma vez que os objetivos das greves, geralmente, são mais claros do que demais formas de participação não convencional. Haja vista que com frequência estão relacionados com a intenção de melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores, no quesito econômico, além de exigir que tenham mais voz. Logo, uma relação mais forte da visão social e participacionista, faria sentido, uma vez que são visões mais exigentes que implicam na presença de mais justiça social e participação direta dos cidadãos.

As variáveis de controle com efeitos significativos incluem o nível de escolaridade, interesse político e associativismo. Em relação à educação, a cada elevação no nível de escolaridade, há um aumento de 18% na chance de participar de uma greve no modelo social. Já no modelo liberal e participacionista, essa porcentagem é de 17%.

O interesse político, por sua vez, aumenta a probabilidade de um indivíduo ingressar em uma greve em 25% nos três modelos. Já o associativismo aumenta em 42% nos modelos social e participacionista e 41% no modelo liberal.

Os efeitos significativos observados nas variáveis de escolaridade, interesse político e associativismo colaboram com o estudo de Verba, Schlozman e Brady (1995) haja vista que são recursos essenciais que promovem um maior engajamento cívico.

A variável sexo também teve efeito, embora pouco significativo, de forma que homens teriam 38% a mais de chance de participar de greves em relação às mulheres no modelo social. Já na visão liberal, a chance seria de 35%, enquanto na visão participacionista de 39%. Esse resultado pode estar relacionado com a ideia de que greves estão mais associadas a um contexto de trabalhos em fábricas, no qual poder haver predominância masculina. De qualquer forma, estudos como de Ribeiro e Borba (2015b) não apontam efeitos significativos do sexo como condicionantes para participação não convencional. Por fim, a renda não mostra efeitos nos modelos.

TABELA 23 - COMPARAÇÃO ENTRE OS MODELOS DA VARIÁVEL GREVE

<i>Predictors</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>
Intercepto	0.04 ***	0.02 – 0.06	0.04 ***	0.02 – 0.07	0.04 ***	0.03 – 0.07
Educação	1.18 ***	1.10 – 1.27	1.17 ***	1.09 – 1.26	1.17 ***	1.08 – 1.25
Sexo	1.38 *	1.07 – 1.77	1.35 *	1.05 – 1.74	1.39 *	1.08 – 1.79
Interesse Político	1.25 ***	1.11 – 1.41	1.25 ***	1.11 – 1.41	1.25 ***	1.11 – 1.41
Associativismo	1.42 ***	1.18 – 1.70	1.41 ***	1.17 – 1.69	1.42 ***	1.18 – 1.71
Renda	1.15	0.95 – 1.39	1.16	0.96 – 1.39	1.15	0.96 – 1.39
Visão Social	1.08 ***	1.03 – 1.13				
Visão Liberal			1.04	1.00 – 1.09		
Visão Participacionista					1.04 *	1.01 – 1.08
Observations	1762		1762		1762	
R ² Tjur	0.056		0.050		0.052	

* $p < 0.05$ ** $p < 0.01$ *** $p < 0.001$

Fonte: A autora (2025)

Nota: Os testes que validam os modelos podem ser encontrados no Apêndice Metodológico nas tabelas A13, A14 e gráfico A7.

No que se refere ao modelo que une todas as três visões de democracia simultaneamente (TABELA 24), os resultados confirmam a visão social com efeitos no modelo, embora que agora moderados, aumentando em 7% na chance de se participar em greves. A visão participacionista mantém pouco efeito no modelo.

Sendo assim, de todas as variáveis de participação não convencional, somente a greve confirma a hipótese de que visões maximalistas, como a social e participacionista, estariam relacionadas com essa modalidade. Este achado pode indicar que a greve, tradicionalmente ligada aos movimentos sociais, pode ser muito relacionada com visões como a de justiça social, uma vez que visa a diminuição de desigualdades sociais e econômicas. Assim, a relação com visões maximalistas de democracia pode evidenciar a conexão entre as ações que enfatizam a redistribuição de poder, recursos e o fortalecimento da participação dos cidadãos.

TABELA 24 - MODELO DA VARIÁVEL GREVE COM TODAS AS VISÕES DE DEMOCRACIA SIMULTANEAMENTE

<i>Predictors</i>	Greve	
	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>
Intercepto	0.03 ***	0.02 – 0.05
Educação	1.17 ***	1.08 – 1.25
Sexo	1.39 *	1.08 – 1.79
Interesse Político	1.24 ***	1.09 – 1.39
Associativismo	1.42 ***	1.18 – 1.71
Renda	1.14	0.94 – 1.38
Visão Social	1.07 **	1.02 – 1.13
Visão Liberal	1.01	0.96 – 1.06
Visão Participacionista	1.04 *	1.00 – 1.08
Observations	1762	
R ² Tjur	0.058	

* $p < 0.05$ ** $p < 0.01$ *** $p < 0.001$

Fonte: A autora (2025)

Nota: Os testes que validam o modelo podem ser encontrados no Apêndice Metodológico, nas tabelas A13, A14.

Diante disso, esse resultado confirma em parte os achados de Cinar e Bul Bul (2022) no que diz respeito à relação de atividades não convencionais, como a greve, com uma visão social. Ainda, adiciona a perspectiva da visão participacionista, que embora com pouco efeito - o que pode ser explicado por sua baixa frequência dentre os brasileiros - também serve como insumo para compreender os condicionantes dessa atividade.

4.3 RESUMO DOS RESULTADOS SOBRE DEMOCRACIA E MODALIDADES DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Esta seção compila os resultados acerca da relação entre as visões de democracia e as modalidades convencionais e não convencionais de participação política. Diante disso, percebe-se que a visão mais consistente dentre as medidas de participação não convencional e convencional foi a liberal, demonstrando efeitos mais fortes nas variáveis de voto, protesto e abaixo-assinado, e entre moderado a pouco na variável boicote, doação para grupos ou campanhas e contato com autoridades.

Este achado confirma o que a literatura, como Oser e Hoogue (2018) e Canache (2012), relata sobre a relação entre atitudes e concepções de democracia, atualizando os resultados para o contexto brasileiro: a visão liberal é, de fato, a que mantém consistência entre as diferentes modalidades de participação política.

Além disso, confirma a primeira hipótese deste trabalho, uma vez que a visão liberal está relacionada com o ativismo convencional, embora, seus efeitos também sejam vistos na participação não convencional. Esse achado é muito interessante haja vista que a literatura mostra que a visão liberal é a predominante entre os cidadãos da Europa assim como no Brasil (Ferrín e Kriesi, 2016; Borba et al, 2023). Agora, conseguimos observar que essa mesma visão também mostra relações com os dois tipos de ativismo político no contexto brasileiro assim como observado no contexto europeu por Oser e Hoogue (2018).

Já no que diz respeito a relação das visões sociais e participacionista com o ativismo político, nota-se que essas tiveram poucos efeitos na participação não convencional. A visão social está muito relacionada com a variável greve, com efeito relevante no modelo solo, e com efeito moderado no modelo que combinam as três visões de maneira simultânea. Esse achado é interessante, uma vez que a visão social pode implicar em um interesse maior no combate às desigualdades sociais, logo, a greve pode ser uma ferramenta utilizada com esse fim.

Já a participacionista obteve somente efeitos na variável do abaixo assinado e greve, no entanto, foram moderados, ao passo que a visão liberal e social, respectivamente, foram mais significativas, demonstrando maior poder explicativo.

Diante disso, a segunda hipótese desse trabalho não se confirma por completo, haja vista que as visões social e participacionista, consideradas entendimentos maximalistas, tiveram efeitos modestos em somente duas variáveis da participação não convencional. Este achado contraria, em parte, o estudo de Cinar e Bubul (2022) que realizaram uma análise das visões de democracia (liberal, redistributiva, e iliberal) de maneira agregada, e certificaram que a visão redistributiva da democracia estaria relacionada de maneira consistente à participação não convencional – embora tenham visto efeitos da visão liberal também.

Uma análise mais aprofundada dos comportamentos dos brasileiros revela a consistência da visão liberal tanto na participação convencional – com efeitos no voto e na doação para grupos e campanhas – quanto na participação não convencional, especialmente em atividades como protestos, abaixo-assinados e boicotes. A falta de efeitos em relação às visões mais exigentes como a social e participacionista podem indicar que, embora, sejam visões que demandem mais da democracia, essas demandas não necessariamente se convertem em ativismo político.

Ainda, no que diz respeito às variáveis de controle como educação, interesse político e associativismo, essas tiveram um desempenho conforme a literatura de participação política aponta. A educação, o interesse pela política e a participação em redes de recrutamentos são conhecidos por serem preditores da participação, conforme Verba, Schlozman e Brady (1995) afirmam, uma vez que são facilitadores dos elementos necessários para a participação.

Além disso, os estudos de Ribeiro e Borba (2015a) também confirmam os efeitos positivos de variáveis como escolaridade e interesse político como condicionantes da participação política a nível da América Latina.

Vale salientar que as variáveis de controle, especialmente a escolaridade, apresentaram pouco ou nenhum efeito sobre a variável voto. Entretanto, ao analisar isoladamente o efeito da educação no comparecimento eleitoral, verifica-se que é consistente com o previsto pela literatura sobre o tema. Esse achado sugere que, quando essas variáveis são avaliadas em conjunto com as visões de democracia, seus efeitos podem ser diluídos, enquanto as visões de democracia se apresentam como fatores com maior poder explicativo.

Dentre todos os modelos, as variáveis de controle com menos efeitos ou nenhum, foram a de renda e sexo. A renda teve algum efeito somente nos modelos de voto, isso pode sugerir que aspectos socioeconômicos podem ter maior impacto nessa atividade. Já a variável sexo teve efeitos, embora menores, nos modelos de greve e doação para grupos ou campanhas. A participação em greves pode ser mais frequente entre homens em determinados contextos devido à predominância masculina em setores de trabalho que são organizados em torno de sindicatos. Já o envolvimento em doações para campanhas pode refletir diferenças de acesso a recursos entre homens e mulheres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo principal averiguar como as diferentes visões de democracia se relacionam com os tipos de ativismo político entre os brasileiros. O tema é relevante, pois trata de dois conceitos caríssimos à Ciência Política: democracia e participação política, que são interligados desde a Antiguidade.

Compreender como os cidadãos legitimam a democracia é um desafio, mas que atualmente pode ser sanado ao entender as visões de democracia dos indivíduos e avaliar como essas normas são percebidas dentro do regime em que o cidadão vive, como proposto por Ferrín e Kriesi (2016). Embora o objetivo deste trabalho não seja o de avaliar a legitimidade democrática, um dos pontos que faz parte dessa mensuração - as visões de democracia - é relevante no auxílio de como os brasileiros acreditam que a democracia deve ser. Como diversos estudos no Brasil mostram, a visão liberal é a predominante entre os brasileiros, com a visão social sendo a segunda e a participacionista apresentando a menor aderência (Borba et al., 2023; Cardoso, 2021).

Assim, essas foram as três visões escolhidas para serem avaliadas quanto à sua relação com um fenômeno igualmente importante como a participação política. Como mostra a literatura, a participação política é multidimensional e pode ser conceituada através da modalidade convencional e não convencional. Sendo assim, a primeira hipótese seria de que uma visão liberal, considerada mais minimalista e entendida em termos processuais e ligada ao processo eleitoral, estaria mais relacionada com a participação de cunho convencional, como voto, doação para campanhas e contatos com autoridades.

Essa expectativa se confirmou em parte. De fato, a visão liberal teve efeitos significativos na variável voto, e efeitos moderados na doação para campanha. No entanto, não apresentou efeitos significativos na variável de contato com autoridades. Essa falta de efeitos pode ser justificada pela baixa frequência. O efeito da visão liberal no voto confirma o que a literatura espera sobre a relação dela com as modalidades convencionais (Canache, 2012; Oser e Hoogue, 2018; Cinar e Bul Bul, 2022).

No entanto, os resultados não confirmaram a segunda hipótese de que visões mais exigentes, como a social e a participacionista, estariam relacionadas com modalidades não convencionais de participação. Somente a greve apresentou efeitos significativos da visão social. Em contrapartida, a visão liberal teve efeitos em algumas atividades da modalidade não convencional, com efeitos significativos no protesto e efeitos moderados no abaixo-assinado e

no boicote. A participacionista também teve efeitos no abaixo-assinado e greve no modelo solo, mas esses efeitos são diminuídos na presença de outras variáveis das visões.

Assim, a principal contribuição deste trabalho mostra que a visão liberal é a mais consistente dentre as diferentes modalidades. Esse resultado está em consonância com o que é observado na Europa por Oshe e Hoogue (2018), ao mesmo tempo que contraria, em parte, os achados de Cinar e Bul Bul (2022) em relação aos efeitos consistentes da visão redistributiva na participação não convencional. Percebe-se que, embora as visões social e participacionista sejam mais exigentes, aparentemente elas não se convertem em mais ativismo. Por outro lado, os efeitos observados da visão liberal trazem insights interessantes sobre como uma visão mais institucionalizada da democracia pode ter capilaridade entre diferentes modalidades de participação política.

Além disso, os resultados também confirmam a presença de variáveis que tradicionalmente são relacionadas com a participação política, com os efeitos da educação, interesse político e associativismo. Esses são recursos apontados por Verba, Schlozman e Brady (1995) no modelo de voluntarismo cívico, que condicionam a participação política, de forma que recursos cognitivos, como a educação, interesse político e redes de recrutamento, como o associativismo, podem facilitar esse ativismo.

No entanto, é preciso salientar alguns limites da pesquisa. Devido à maioria das atividades de participação política apresentarem baixa frequência, com exceção do voto e abaixo-assinado, torna-se mais difícil avaliar maiores efeitos das visões, especialmente aquelas com menor frequência, como a participacionista. Como possível melhora, vale analisar dados longitudinais para avaliar essa variação ao longo do tempo.

Além disso, a pesquisa também não abrange outras formas de participação, como o associativismo, a participação digital/online, e outros tipos de participação mais relacionados ao contexto brasileiro, como o orçamento participativo, por exemplo. Essas dimensões podem ser adicionadas em outros estudos para fornecer mais detalhes sobre as diferentes formas de participação.

Um outro caminho a ser explorado, visto que as visões mais exigentes da democracia, como a social e a participacionista, no geral, não demonstram efeitos significativos na participação, seria compreender os motivos pelos quais visões mais exigentes não se convertem necessariamente em ativismo. Neste caso, pesquisas com métodos mistos que incluam análises qualitativas podem dar mais insumos para esse fenômeno. Além disso, compreender os fatores que levam a uma maior capilaridade da visão liberal dentre as diferentes modalidades pode levar a um maior aprofundamento dessa relação.

O presente trabalho procurou contribuir de forma aprofundada para o caso brasileiro, colaborando com o entendimento dos condicionantes da participação política, bem como para os desdobramentos das visões de democracia. A visão liberal foi a mais consistente dentre as diferentes modalidades de participação. A falta de efeito das demais visões podem ser explicada pela baixa frequência das atividades de participação. Por isso, outros estudos que avaliem essa relação de maneira longitudinal e com métodos mistos podem ser úteis para estabelecer padrões mais consistentes sobre como diferentes visões de democracia se relacionam com a participação política.

REFERÊNCIAS

AHMED, A. Is the American Public Really Turning Away from Democracy? Backsliding and the Conceptual Challenges of Understanding Public Attitudes. **Perspectives on Politics**, v. 21, n. 3, p. 967–978, 2023.

ALBRECHT, N. F. M. M. Teorias da democracia caminhos para uma nova proposta de mapeamento. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 88, p. 1–24, 2019.

ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture revisited**. New York/London/New Delh: Sage Publications, 1989.

ANANDA, A.; BOL, D. Does Knowing Democracy Affect Answers to Democratic Support Questions? A Survey Experiment in Indonesia. **International Journal of Public Opinion Research**, v. 33, n. 2, p. 433–443, 2020.

BARNES, S. H.; KAASE, M. **Political Action: Mass Participation In Five Western Democracies**. Beverly Hills: Sage Publications, 1979.

BORBA, J. As Bases Sociais E Atitudinais Da Alienação Eleitoral No Brasil. **Revista Debates**, v. 2, n. 2, p. 134–157, 2008.

BORBA, J. Participação Política: Uma revisão dos modelos de classificação. **Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, p. 263–288, 2012.

BORBA, J.; RIBEIRO, E. A. Participação convencional e não convencional na América Latina. **Revista Latinoamericana de Opinión Pública**, , n. 0, p. 1–24, 2010. Disponível em: <http://www.waporlatinoamerica.org/descargas/revista/n0/borba_participacion.pdf>. .

BORBA, J.; RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y. DE S.; CARDOSO, G. R. Views of democracy among brazilians: evolution and determinant factors. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 38, n. 111, p. 1–20, 2023.

CANACHE, D. Citizens' Conceptualizations of Democracy: Structural Complexity, Substantive Content, and Political Significance. **Comparative Political Studies**, v. 45, n. 9, p. 1132–1158, 2012.

CARDOSO, G. **Vitimização , medo do crime e legitimidade democrática na América Latina : mecanismos causais e efeitos contextuais em perspectiva**, 2021. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina.

CASALECCHI, G. A. **Legado democrático e atitudes democráticas na América Latina: efeitos diretos, indiretos e condicionais**, 2016. Tese de Doutorado, UFMG.

CHAPMAN, H. S.; HANSON, M. C.; DZUTSATI, V.; DEBELL, P. Under the Veil of

Democracy: What Do People Mean When They Say They Support Democracy? **Perspectives on Politics**, v. 22, n. 1, p. 97–115, 2023.

CINAR, K.; BULBUL, A. Varieties of democratic understanding and political participation: multi-level evidence from the world. **Contemporary Politics**, v. 28, n. 4, p. 469–489, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13569775.2021.2014630>>. .

CLAASSEN, C.; ACKERMANN, K.; BERTSOU, E.; et al. Conceptualizing and Measuring Support for Democracy: A New Approach. **Comparative Political Studies**, p. 1–29, 2023.

COLEMAN, S.; BLUMLER, J. G. **The Internet and Democratic Citizenship: Theory, Practice and Policy**. Cambridge, 2009.

DAHL, R. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2005.

DAVIS, N; GADDIE, K; GOIDEL, K. **Democracy's Meaning**: How the public understands democracy and why it matters. Michigan: University of Michigan Press, 2022.

VAN DETH, J. W. Studying political participation: Towards a theory of everything? **European Consortium for Political Research**, , n. April, p. 1–19, 2001.

EASTON, D. **A systems analysis of political life**. New York: John Wiley & Sons, Inc., 1965.

EJAZ, H.; THORNTON, J. R. Survey mode and satisfaction with democracy. **Political Science Research and Methods**, p. 1–8, 2023.

FAGUNDES, B. F. L. Matrizes do pensamento culturalista: Tocqueville e Almond-Verba. **Lua Nova**, v. 74, p. 131–150, 2008.

FERNANDES, A. A. T.; FIGUEIREDO FILHO, D. B.; ROCHA, E. C. DA; NASCIMENTO, W. DA S. Leia este artigo se você quiser aprender regressão logística. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 28, n. 74, p. 1–20, 2020. Disponível em: <<https://www.coursera.org/cou>>. .

FERRÍN, M.; KRIESI, H. **How Europeans View and Evaluate Democracy**. 2016. New York: Oxford University Press.

FOA, R. S.; MOUNK, Y. The Danger of Deconsolidation: The Democratic Disconnect. **Journal of Democracy**, v. 27, n. 3, p. 5–17, 2016.

FUKS, M.; CASALECCHI, G. A.; DAVID, F. Qualificando a adesão à democracia: **Revista Brasileira de Ciencia Política**, v. 19, p. 199–219, 2016.

GIDDENS, A. **The Third Way: The Renewal Of Social Democracy**. 2º ed. Cambridge: Polity Press, 1999.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernization, Cultural Change and Democracy: The human development sequence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

KÖNIG, P. D.; SIEWERT, M. B.; ACKERMANN, K. Conceptualizing and Measuring

Citizens' Preferences for Democracy: Taking Stock of Three Decades of Research in a Fragmented Field. **Comparative Political Studies**, v. 55, n. 12, p. 2015–2049, 2022.

KRIESI, H.; MORLINO, L. Conclusion—What Have We Learnt, and Where Do We Go from Here? **How Europeans View and Evaluate Democracy**, 2016. New York: Oxford University Press.

KRUSE, S.; RAVLIK, M.; WELZEL, C. Democracy Confused: When People Mistake the Absence of Democracy for Its Presence. **Journal of Cross-Cultural Psychology**, v. 50, n. 3, p. 315–335, 2018.

LESSA, R. A teoria da democracia: balanço e perspectivas. **Democracia: Teoria e Prática**. p.33–55, 2001. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumara.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MATTES, R. Support for Democracy. **Oxford Research Encyclopedia of Politics**, p. 1–26, 2018.

MILBRATH, L. . **Political Participation: how and why do people get involved in politics?** Chigago: Rand McNelly, 1965.

MILBRATH, L. . Political participation. **The Handbook of Political Behavior**. p.423–426, 1981. Nova York: Plenum Press.

MOISÉS, J. Á. Cidadania, confiança e instituições democráticas. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, v. 4, n. 65, p. 71–94, 2005.

MOISÉS, J. Á. Cultura política, instituições e democracia: Lições da experiência Brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, p. 11–43, 2008.

MORAES, D.; MOISÉS, J. Á. Sobre a fragilidade da democracia brasileira diante da crise de coronavírus. **Revista USP**, v. 1, n. 131, p. 121–138, 2021.

NORRIS, P. **Critical citizens: global support for democratic government**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

OSER, J.; HOOGHE, M. Democratic ideals and levels of political participation: The role of political and social conceptualisations of democracy. **British Journal of Politics and International Relations**, v. 20, n. 3, p. 711–730, 2018.

OSTERBERG-KAUFMANN, N.; STARK, T.; MOHAMAD-KLOTZBACH, C. Challenges in conceptualizing and measuring meanings and understandings of democracy. **Zeitschrift für Vergleichende Politikwissenschaft**, v. 14, p. 299–320, 2020.

PATEMAN, C. **Participação e Teoria Democrática**. Paz e terra ed. Rio de Janeiro, 1992.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

RIBEIRO, E.A; BORBA, J. As dimensões da participação política no Brasil. **Teoria & Pesquisa Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 20, n. 2, 2012.

RIBEIRO, E. A.; BORBA, J.; DA SILVA, R. Comparecimento eleitoral na América latina: Uma análise multinível comparada. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 54, p. 91–108, 2015.

RIBEIRO, E; BORBA, J; **Participação política na América Latina**. Maringá; Editora da UEM, 2015a.

RIBEIRO, E. A.; BORBA, J. Personalidade e Comparecimento Eleitoral na América Latina: Efeitos de Características Psicológicas Individuais em Contextos de Obrigatoriedade. **DADOS**, v. 62, n.4, 2019.

RIBEIRO, E.; BORBA, J. Protesto político na América Latina: Tendências recentes e determinantes individuais. **Opinião Pública**, v. 21, n. 1, p. 188–216, 2015b.

SCHEDLER, A.; SARFIELD, R. Democrats with adjectives: Linking direct and indirect measures of democratic support. **European Journal of Political Research**, v. 46, n. 5, p. 637–659, 2007.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Editora Fu ed. Rio de Janeiro, 1984.

SELIGSON, M; BOOTH J.A; Political participation in America Latina: An Agenda for Research. **Latin America Research Review**. v.9 , n.3. 1976

SELIGSON, M.; BOOTH, J. A.; GÓMEZ, M. Os contornos da cidadania crítica: explorando a legitimidade democrática. **Opinião Pública ISSN:**, v. 12, n. 1, p. 1–37, 2006.

SIVIS, I. **Relatório Valores em Crise**. Curitiba, 2020.

TARROW, S. **Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TEORELL, J.; TORCAL, M.; MONTERO, J. R. Political participation: Mapping the terrain. **Citizenship and Involvement in European Democracies: A Comparative Analysis**. p.334–357, 2007. London: Routledge.

VERBA, S.; NIE, N. **Participation in America: political democracy and social equality**. Nova York: Harper& How, 1972.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H. E. **Voice and Equality: civic voluntarism in America politics**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

APÊNDICE

Este apêndice é destinado a um aprofundamento em complementos metodológicos como os testes estatísticos realizados nos modelos de regressão logística para as modalidades de participação convencional e não convencional. Além disso, também apresenta o modelo de regressão que combina somente a variável voto e a de educação.

Ao avaliar os testes estatísticos para validar os modelos de voto, percebe-se no teste Hosmer-Lemeshow que todos os modelos estão bem ajustados (Tabela A1), haja vista que as observações são diferentes de zero e possuem um *p.value* maior que 0,05. Sendo assim, não existe uma diferença significativa entre os valores preditos e os observados nos modelos.

TABELA A1 - TESTE HOSMER-LEMESHOW PARA OS MODELOS DE VOTO

Modelo	X²	DF	P. Value
Visão Social	10.98	8	0.20
Visão Liberal	7.50	8	0.48
Visão Participacionista	8.36	8	0.40
Modelo com todas as visões	5.10	8	0.74

Fonte: A autora (2025)

Além disso, também foi realizado o teste de ANOVA (Tabela A2), que compara os resíduos dos modelos nulos com os modelos realizados para atestar se os modelos com as variáveis preditoras, de fato, melhoram as observações. Os resultados mostram que todos os modelos diminuem os resíduos e possuem alta significância. A coluna que mostra o delta dos resíduos *deviance* atestam que há uma diferença significativa entre o modelo nulo e os modelos preditos, sendo o modelo liberal com a maior diferença, e com a maior capacidade de melhorar o modelo do voto.

TABELA A2 - TESTE ANOVA COM MODELOS DO VOTO

Modelo	Residual DF	Residual Deviance	Delta Deviance	Significância
Modelo nulo	1,761	2,023.373		
Modelo Liberal	1,755	1,951.587	71.78759	***
Modelo Social	1,755	1,985.615	37.76019	***

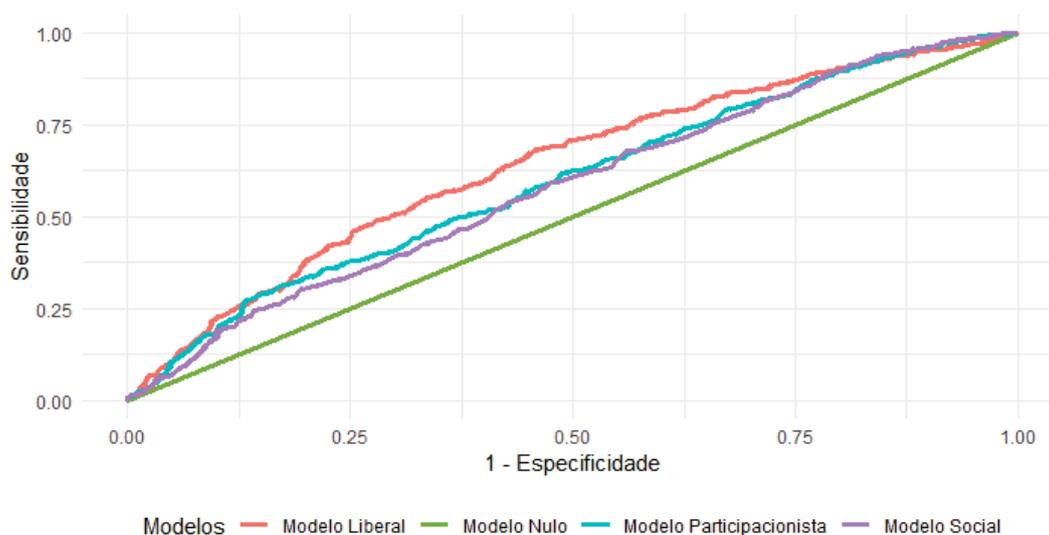
Modelo Participacionista	1,755	1,991.931	31.44442	***
Modelos com as três visões	1,755	1978.7	74.684	***

Fonte: A autora (2025)

Por fim, para avaliar o quanto os modelos conseguem discriminar de maneira satisfatória os casos positivos dos negativos, foi utilizado o teste da Curva ROC, juntamente com a medida AOC (Gráfico A1). Sendo assim, o modelo nulo é utilizado como referência com AOC 0,5, quanto mais acima da linha de referência as curvas dos modelos se encontrarem, ou seja, mais próximo de 1, mais o modelo é discriminatório.

O gráfico A1 mostra que os três modelos são discriminatórios, com o modelo da visão liberal (linha vermelha) sendo o melhor. No entanto, os coeficientes AOC são moderados, uma vez que modelo liberal pontua 0,63, o modelo social com 0,58 e o modelo participacionista com 0,59.

GRÁFICOS A 1 - CURVAS ROC COM OS MODELOS DO VOTO



Fonte: Elaborado pela autora

No que diz respeito aos testes estatísticos realizados no modelo doação para campanhas, o teste de Hosmer-Lemeshow apresenta a calibração dos modelos, sendo assim, a tabela A3 mostra que os modelos realizam previsões conforme as observações, uma vez que todos os X^2 são diferentes de zero e o *p.value* maior que 0,05 atesta essa significância.

TABELA A3 - TESTE HOSMER-LEMESHOW PARA OS MODELOS DE DOAÇÃO PARA CAMPANHAS

Modelo	X²	DF	P. Value
Visão Social	7.23	8	0.51
Visão Liberal	4.85	8	0.77
Visão Participacionista	2.78	8	0.94
Modelo com todas as visões	6.14	8	0.63

Fonte: A autora (2025)

O teste ANOVA, por sua vez, relata como os modelos criados melhoram o modelo nulo (Tabela A4). Neste caso, os modelos mostram diferença significativa de resíduos do *deviance*, demonstrando que os modelos, de fato, melhoram as previsões. O modelo liberal, por sua vez, se destaca por ter o *delta deviance* maior que todos os outros, com exceção do modelo com presença de todas as visões.

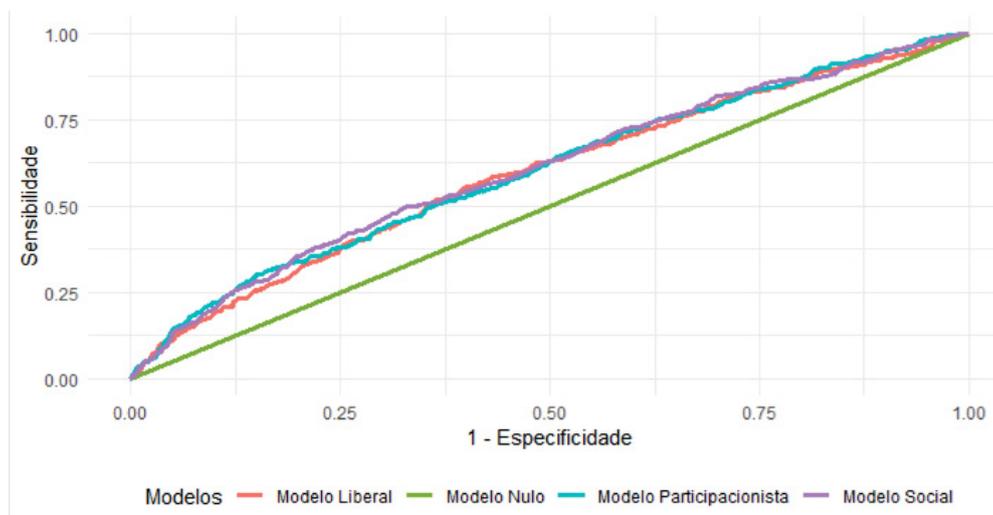
TABELA A4 - TESTE ANOVA PARA OS MODELOS DE DOAÇÃO PARA CAMPANHAS

Modelo	Residual DF	Residual Deviance	Delta Deviance	Significância
Modelo nulo	1,761	2,325.4		
Modelo Liberal	1,755	2,249.9	75.446	***
Modelo Social	1,755	2,253.6	71.75	***
Modelo Participacionista	1,755	2,252.4	73.036	***
Modelos com todas as visões	1,753	2,247.8	77.573	***

Fonte: A autora (2025)

O teste de curvas de ROC, mostra que os três modelos solos possuem curvas muito parecidas com coeficientes de AOC em torno de 0,6, mas que, ainda sim, são superiores à curva do modelo nulo (linha verde). Sendo assim, a Tabela 12 mostra que os três modelos são discriminatórios, ou seja, conseguem distinguir os casos positivos e negativos, mas possuem um efeito moderado.

GRÁFICOS A 2 - CURVAS DE ROC PARA OS MODELOS DE DOAÇÃO PARA CAMPANHAS



Fonte: A autora (2025)

Em relação aos testes da variável contato com autoridade, na Tabela A5, o teste Hosmer-Lemeshow mostra que dentre os quatro modelos, somente o modelo participacionista obteve um bom ajuste, com o *p-value* acima de 0,05. Os modelos social e liberal, e o que une todas as visões, possuem um *p-value* menor que 0,05, indicando que as previsões realizadas não possuem variabilidades aceitáveis quando comparadas com as observações. Sendo assim, os testes dos modelos de contato com autoridade, mostram que o modelo da visão participacionista seria o mais robusto, embora nenhum dos modelos tenha dado significância para as visões de democracia.

TABELA A5 - TESTE HOSMER-LEMESHOW NOS MODELOS DE CONTATO COM AUTORIDADE

Modelo	X²	DF	P. Value
Visão Social	16.67	8	0.03
Visão Liberal	21.06	8	0.0069
Visão Participacionista	12.86	8	0.11
Modelo com as três visões	18.08	8	0.02

Fonte: A autora (2025)

Embora o teste Hosmer-Lemeshow não tenha demonstrado resultados significativos para todos os modelos, o teste ANOVA, que mede a capacidade das variáveis preditoras de melhorarem o modelo através da análise residual, mostra que os quatro são capazes de realizar isso de maneira significativa (Tabela A6). O modelo participacionista e o simultâneo, são os

que se destacam pois possuem os maiores delta *deviance*, indicando ser o modelo que melhora as predições de contato com autoridade. Sendo assim, os testes dos modelos de contato com autoridade, mostram que o modelo da visão participacionista e o que une as três visões seriam os mais robustos, embora nenhum dos modelos tenha dado significância para as visões de democracia.

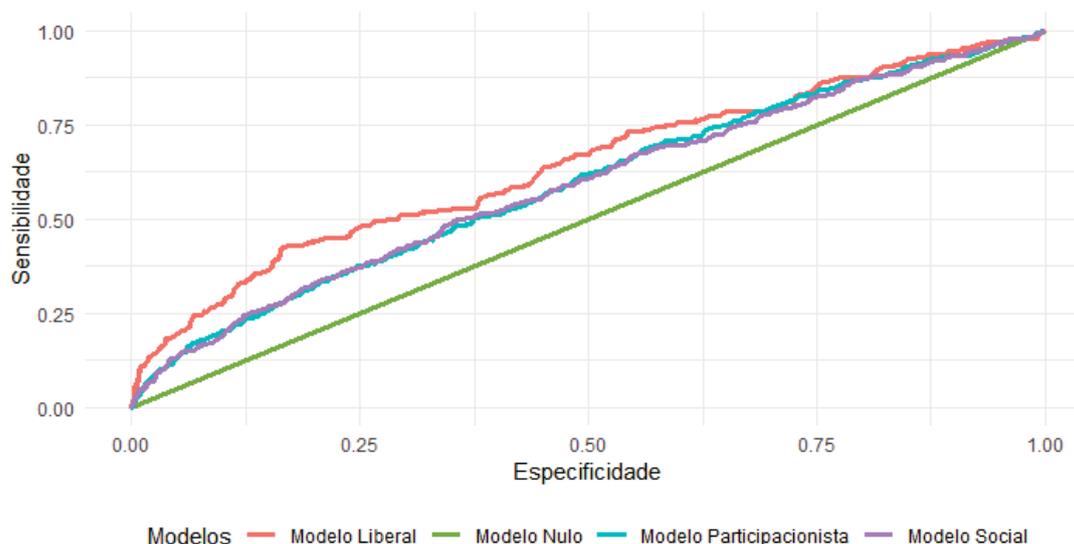
TABELA A6 - TESTE ANOVA COM OS MODELOS DE CONTATO COM AUTORIDADES

Modelo	Residual DF	Residual Deviance	Delta Deviance	Significância
Modelo nulo	1,761	1,295.274		
Modelo Liberal	1,755	1,227.484	67.78954	***
Modelo Social	1,755	1,227.884	67.38968	***
Modelo Participacionista	1,755	1,225.150	70.12376	***
Modelo com todas as visões	1,753	1,224,9	70.388	***

Fonte: A autora (2025)

Já o teste que compara as curvas ROC (Gráfico A3), mostra que todos os modelos estão acima da linha de referência do modelo nulo, mostrando que conseguem ser um modelo discricionário, no entanto, como estão mais próximos da linha de referência, tem um impacto moderado. O modelo liberal é o mais discriminatório, uma vez que possui um valor AOC de 0,64, enquanto o modelo de visão social possui 0,58 e o participacionista 0,59.

GRÁFICOS A 3 - CURVAS DE ROC DOS MODELOS DE CONTATO COM AUTORIDADES



Fonte: A autora (2025)

No que diz respeito a variável de abaixo-assinado, o teste Hosmer-Lemeshow apresentou que os todos modelos possuem bons ajustes e conseguem, portanto, realizar predições conforme às observações (Tabela A7). Uma vez que tiveram o X^2 maior que zero com um *p-value* significativo, maior que 0,05.

TABELA A7 - TESTE HOSMER-LEMESHOW PARA OS MODELOS DE ABAIXO-ASSINADO

Modelo	X²	DF	P. Value
Visão Social	13.75	8	0.08
Visão Liberal	8.42	8	0.39
Visão Participacionista	5.04	8	0.75
Modelo com todas as visões	4.51	8	0.80

Fonte: A autora (2025)

Na Tabela A8, o teste ANOVA também mostra resultados significativos dentre os três modelos, com o modelo da visão liberal e o que une todas as visões com as maiores diferenças nos resíduos *deviance*., dessa forma, seus preditores tem uma melhor capacidade em explicar o modelo do abaixo-assinado.

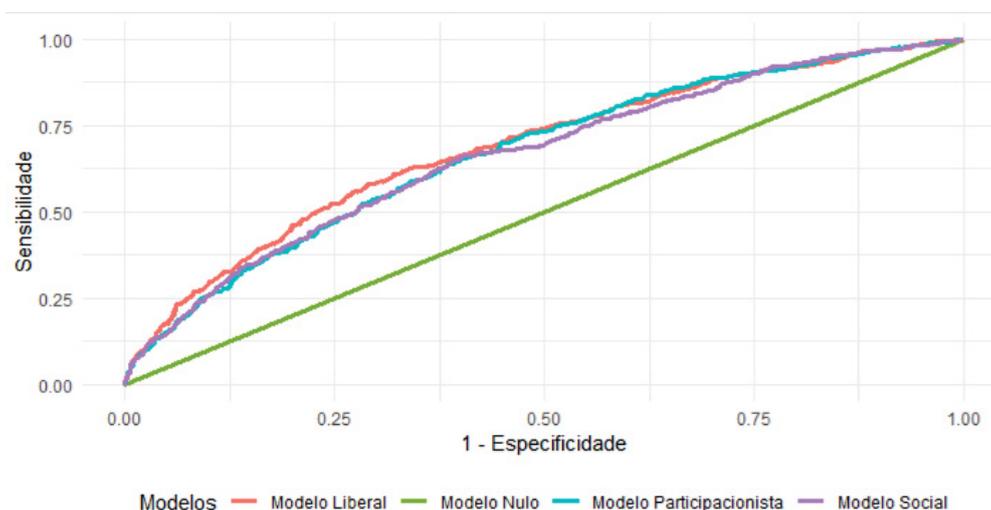
TABELA A8 - TESTE ANOVA PARA OS MODELOS DE ABAIXO-ASSINADO

Modelo	Residual DF	Residual Deviance	Delta Deviance	Significância
Modelo nulo	1,761	2,432.753		
Modelo Liberal	1,755	2,242.355	190.3979	***
Modelo Social	1,755	2,280.030	152.7222	***
Modelo Participacionista	1,755	2,272.789	159.9637	***
Modelo com todas as visões	1,753	2,232.1	200.66	***

Fonte: A autora (2025)

Por fim, o teste das curvas ROC, demonstra que os três modelos estão acima da linha de referência do modelo nulo, embora tenham uma AOC (Área da curva) com coeficientes moderados (Gráfico A4). Ao passo que o modelo liberal possui uma AOC de 0,68, o modelo social como uma AOC de 0,66, e enfim, o modelo participacionista com uma AOC de 0,67.

GRÁFICOS A 4 - CURVAS ROC DOS MODELOS DE ABAIXO-ASSINADO



Fonte: A autora (2025)

Em relação aos modelos de protesto, o teste de Hosmer-Lemeshow mostra que os quatro modelos se ajustam bem (Tabela A9). Isto é, conseguem realizar previsões conforme às observações, haja vista que o X^2 foi diferente de zero e o *p-value* foi maior que 0,05, demonstrando significância.

TABELA A9 - TESTE DE HOSMER-LEMESHOW DOS MODELOS DE PROTESTO

Modelo	X^2	DF	P. Value
Visão Social	13.38	8	0.09
Visão Liberal	4.55	8	0.80
Visão Participacionista	5.67	8	0.68
Modelo com todas as visões	4.07	8	0.85

Fonte: A autora (2025)

No que diz respeito ao teste ANOVA, este mostra que todos os modelos melhoram de maneira significativa o modelo nulo, ao passo que quanto maior for a diferença no delta *deviance*, melhor o modelo se ajusta (Tabela A10). Neste caso, os modelos liberal e o que une todas as visões foram o que mais tiveram efeitos, melhorando o modelo nulo.

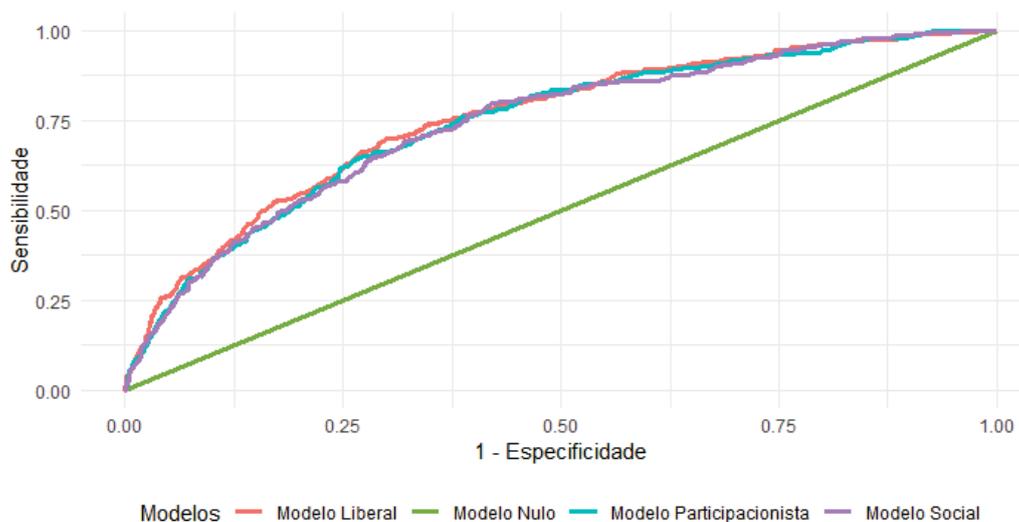
TABELA A10 - TESTE ANOVA PARA OS MODELOS DE PROTESTO

Modelo	Residual DF	Residual Deviance	Delta Deviance	Significância
Modelo nulo	1,761	1,808.477		
Modelo Liberal	1,755	1,557.511	250.9663	***
Modelo Social	1,755	1,586.103	222.3737	***
Modelo Participacionista	1,755	1,582.958	225.5186	***
Modelo com todas as visões	1,753	1,552.9	255.55	***

Fonte: A autora (2025)

O teste das Curvas ROC também deu resultado satisfatório, ao passo que todos os modelos conseguiram ser discriminatórios, isto é, não acontecem de maneira aleatória (Gráfico A5). O coeficiente de AOC de todos os modelos foi acima de 0,74. Sendo o modelo liberal com o melhor desempenho, haja vista que possui 0,75.

GRÁFICOS A 5 - CURVAS ROC DOS MODELOS DE PROTESTO



Fonte: A autora (2025)

Considerando os testes estatísticos de validação dos modelos de boicote, o teste de Hosmer-Lemeshow possui um resultado satisfatório, demonstrando que todos os três modelos se ajustam bem às observações (Tabela A11). Haja vista que os valores do X^2 são maiores que zero e possuem significância, com valores acima de 0,05.

TABELA A11 - TESTE HOSMER-LEMESHOW PARA OS MODELOS DE BOICOTE

Modelo	X²	DF	P. Value
Visão Social	8.05	8	0.42
Visão Liberal	9.27	8	0.32
Visão Participacionista	6,78	8	0.55
Modelo com todas as visões	7.49	8	0.48

Fonte: A autora (2025)

O ANOVA mostra que todos os modelos melhoram de maneira significativa o modelo nulo (Tabela A12). O modelo liberal, por sua vez, contém uma das maiores diferença no *delta deviance*, juntamente com o modelo que une todas as visões, e por isso pode ser considerado o melhor modelo com as variáveis preditoras.

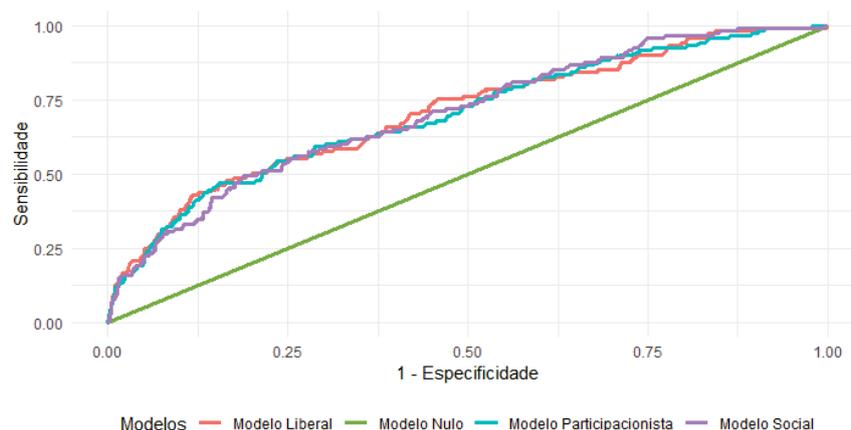
TABELA A12 - TESTE ANOVA PARA OS MODELOS DE BOICOTE

Modelo	Residual DF	Residual Deviance	Delta Deviance	Significância
Modelo nulo	1,761	881.6699		
Modelo Liberal	1,755	807.3255	74.34447	***
Modelo Social	1,755	813.6542	68.01575	***
Modelo Participacionista	1,755	811.8756	69.79435	***
Modelo com todas as visões	1,753	804.53	77.137	***

Fonte: A autora (2025)

O teste de curvas ROC também demonstra que os modelos são discriminatórios, mostrando que os eventos não acontecem de maneira aleatória (Gráfico A6). Além disso, contém os coeficientes AOC satisfatórios, ao passo que os modelos liberal e social possuem 0,70 e o modelo participacionista 0,69.

GRÁFICOS A 6 - CURVAS ROC DOS MODELOS DE BOICOTE



Fonte: A autora (2025)

No que diz respeito aos testes dos modelos de greve, o teste de Hosmer-Lemeshow (Tabela A13) mostra que os modelos da variável greve estão bem ajustados com significância maior que 0,05, o que demonstra que não existe diferença entre os valores observados e os valores preditos pelo modelo.

TABELA A13 - TESTE HOSMER-LEMESHOW PARA OS MODELOS DE GREVE

Modelo	X ²	DF	P. Value
Visão Social	8.84	8	0.35
Visão Liberal	3.95	8	0.86
Visão Participacionista	9.64	8	0.29
Modelo com todas as visões	9.52	8	0.30

Fonte: A autora (2025)

No que diz respeito ao teste ANOVA (Tabela A14), este mostra que todos os modelos melhoram o modelo de referência, demonstrado pela diferença no *delta deviance* e sua significância. O destaque vai para o modelo social, uma vez que possui o maior delta com 95,7. Sendo assim, em comparação, esse modelo é o que melhor explica a variável greve, juntamente com o modelo que une todas as visões.

TABELA A14 - TESTE ANOVA PARA OS MODELOS DE GREVE

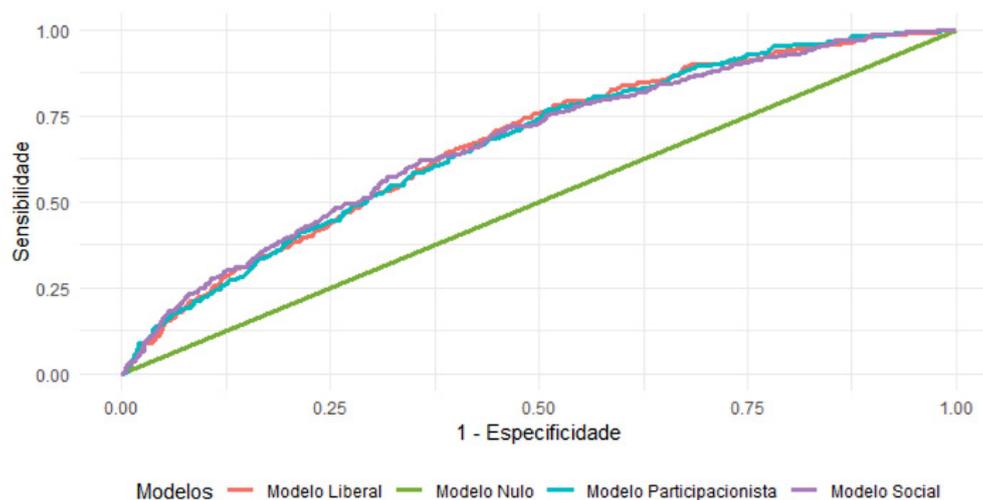
Modelo	Residual DF	Residual Deviance	Delta Deviance	Significância
Modelo nulo	1,761	1,681.755		

Modelo Liberal	1,755	1,594.090	87.66571	***
Modelo Social	1,755	1,586.005	95.75025	***
Modelo Participacionista	1,755	1,592.390	89.36583	***
Modelo com todas as visões	1,753	1,581.7	100.04	***

Fonte: A autora (2025)

Ainda, como último teste para averiguar se os modelos conseguem fazer previsões não aleatórias, as curvas de ROC mostram que todos os modelos estão acima da linha de referência (Gráfico A7). Demonstrando, assim, que são discriminatórios, embora, possuam coeficientes de AOC moderados, nos quais todos pontuam cerca de 0,66.

GRÁFICOS A 7 - CURVAS DE ROC PARA OS MODELOS DE GREVE



Fonte: A autora (2025)

De maneira geral, os três testes constataam a consistência dos modelos de participação convencional e não convencional e suas relações com as visões de democracia. Os únicos modelos que não se ajustaram bem foram os referentes à variável contato com autoridade, ao passo que somente o modelo de visão participacionista foi satisfatório.

TABELA A15 - MODELO DE REGRESSÃO DA VARIÁVEL VOTO COM EDUCAÇÃO

<i>Predictors</i>	Voto	
	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>
Intercepto	2.25 ***	1.86 – 2.74
Educação	1.09 **	1.02 – 1.16
Observations	1762	
R ² T _{jur}	0.004	

* $p < 0.05$ ** $p < 0.01$ *** $p < 0.001$

Fonte: A autora (2025)

Por fim, no que diz respeito ao modelo de regressão da variável voto e educação, os resultados atestam que a educação possui efeitos no voto, aumentando em 9% a probabilidade dessa atividade. Sendo assim, os resultados vistos nos modelos das visões não mostram os efeitos da educação, por esse ser diluído na presença de outros fatores como apontado na seção 4.1 deste trabalho.